

## **Tabelião, escrivão e até juiz: o ofício da escrita em Loulé em finais do século XIV e século XV<sup>1</sup>**

Ana Pereira Ferreira\*

\*CIDEHUS - Universidade de Évora e CH - Universidade de Lisboa

**Resumo:** Na época medieval, a escrita e o documento começam a tornar-se elementos fundamentais do quotidiano das vilas e cidades, promovendo uma transição da oralidade à escrita e auxiliando o crescendo burocrático dos governos centrais e locais.

Nas cidades e vilas começam a surgir cada vez mais ofícios relacionados com a escrita. Porém, com estas profissões surgem também poderes sociais e profissionais, redes clientelares e relações entre indivíduos e instituições que merecem uma análise pormenorizada. Se nas grandes cidades, como Lisboa, o ofício tornou-se muitas vezes numa graça régia, nas vilas ou cidades mais pequenas, face ao número diminuto de conhecedores da arte da escrita, com frequência havia cúmulo de funções num mesmo indivíduo que era assim tabelião, escrivão, juiz, chanceler, procurador, entre tantas outras atribuições, acumulando dessa forma poder e conhecimento, tendo por base o seu ofício.

**Palavras-chave:** Tabelionado; Escrivão; Poder da escrita.

### ***Status quaestio***

Ainda que continue a haver a necessidade de desenvolver e dar a conhecer estudos sobre os oficiais da escrita para as várias vilas e cidades do reino de Portugal, facto é que nos últimos anos tem-se vindo a verificar um incremento da análise destes profissionais, nomeadamente os tabeliões e escrivães.

Se os primeiros passos para o conhecimento destes profissionais foram dados por Gama Barros e João Pedro Ribeiro, seguiu-se-lhes um conjunto de académicos na busca pela percepção do ofício e das interferências que um mester como o de tabelião ou escrivão poderiam ter do ponto de vista cultural, social, económico e até político numa sociedade como a medieval, baseada num pressuposto de clientelas e nomeações régias.

Um importante contributo para entender o alcance que o ofício pressupunha foi o de Maria Helena da Cruz Coelho, ao desenhar o perfil socioeconómico do tabelionado português na Idade Média<sup>2</sup>. Baseando-se em documentação avulsa, mas igualmente

---

1. Trabalho desenvolvido no âmbito de uma bolsa de doutoramento FCT (SFRH/BD/137506/2018). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e fundos internacionais através do Fundo Social Europeu, sob o projecto UIDB/00057/2020. This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology and international funds through European Social Fund, under the project UIDB/00057/2020.

2. COELHO, Maria Helena da Cruz - "Os tabeliões em Portugal, perfil profissional e socioeconómico". In *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 37. Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Lisboa. 1994, pp. 93-137.

nos regimentos e ordenações, a autora traçou a importância, atribuições, abusos e limitações que o ofício tinha na sociedade de então.

Desde a década de 90 tem-se denotado a preocupação com o conhecimento das chancelarias episcopais. Exemplo disso é o trabalho de Cristina Cunha, ao dar-nos a conhecer os produtores da escrita da Arquidiocese bracarense<sup>3</sup>. Posteriormente, Maria do Rosário Morujão desenvolveu o seu trabalho em torno da chancelaria da sé de Coimbra<sup>4</sup>. Maria João Oliveira e Silva, enveredou por análise semelhante, ao mostrar-nos a produção documental da sé do Porto<sup>5</sup>.

Igualmente, mas no plano temporal, tivemos alguns estudos sobre o tabelionato: a começar pela obra de Bernardo Sá-Nogueira<sup>6</sup>, essencial para compreendermos o surgimento e mudanças pelas quais o tabelionato português passou e como se deu a sua implementação, numa visão geral pelas várias circunscrições geográficas do reino. Ainda que parcamente, vamos tendo algumas teses de mestrado sobre tabelionato, como foi o caso da análise dos tabeliães escalabitanos por Leonor Garcia<sup>7</sup> para os reinados fernandino e joanino ou dos tabeliães do Porto na sua génese, por Ricardo Seabra<sup>8</sup>.

Não menos importantes têm sido alguns trabalhos desenvolvidos para pequenas vilas e cidades por Cristina Cunha, nomeadamente sobre os tabeliães de Bragança<sup>9</sup> e do Algarve<sup>10</sup> ou os de Coimbra analisados por Maria José Azevedo Santos<sup>11</sup>. Esta última autora contribuiu ainda com uma reflexão sobre os escrivães e pregoeiros<sup>12</sup>, precisamente para o espaço que aqui nos ocuparemos, Loulé.

No que a escrivães ou outros funcionários da governação municipal diz respeito, temos os contributos de Filipa Roldão, nomeadamente para o escrivão da câmara eborense<sup>13</sup> e para os escrivães do reinado de D. Pedro I chega-nos um pequeno apontamento da autoria de Marisa Costa<sup>14</sup>. Miguel Gomes Martins<sup>15</sup> fala-nos dos vários oficiais

- 
3. CUNHA, Cristina - *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga: 1071-1244*. Galiza: Taxosoutos. 2005.
  4. MORUJÃO, Maria do Rosário - *A Sé De Coimbra: A Instituição E A Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.
  5. SILVA, Maria João Oliveira - *A Escrita na Catedral. Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, 398 p.
  6. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2008, 724 p.
  7. GARCIA, Leonor - *O tabelionato escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomático*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado, 2001.
  8. SEABRA, Ricardo - *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 2012.
  9. CUNHA, Cristina - "Os tabeliães de Bragança no século XIV. Da Legislação à Praxis", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto. 2006, pp. 313-324.
  10. CUNHA, Cristina - "Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média", in *Revista de História*, vol. 7, Porto, pp. 151-157.
  11. SANTOS, Maria José Azevedo - "Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)". In *Arquivo Coimbrão*, vols. XXXIII-XXXIV, Coimbra: Coimbra editora. 1990-1992, pp. 125-149.
  12. SANTOS, Maria José Azevedo - "Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)". In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14 (2014), pp. 119132.
  13. ROLDÃO, Filipa - *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora: CIDEHUS, 2017.
  14. COSTA, Marisa - "«E vos escriuam assy o escreuede em vosso liuro»: os escrivães na chancelaria de D. Pedro I». In *Pedro e Inês - o futuro do passado. Congresso internacional*, 1.º vol., Coimbra: Associação dos Amigos D. Pedro e D. Inês, 2013, pp. 136-156.
  15. MARTINS, Miguel Gomes - "O Concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal (1179-1383)". In *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Série I, 7 (2004), pp. 65-110.

que faziam parte do concelho de Lisboa, nomeadamente os escrivães, mas também os juizes, entre outros. Maria José Azevedo Santos dá-nos algumas informações sobre os escrivães de Loulé, Porto, Coimbra e Aveiro<sup>16</sup>, como já referido.

Temos tido ainda alguns contributos numa panorâmica mais geral, não incidindo especialmente num local do reino, mas sim sobre o ofício, como a produção que nos chega de Saúl Gomes<sup>17</sup>, Duarte Gonçalves<sup>18</sup>, Rui Mesquita Mendes<sup>19</sup> ou Néstor Vigil Montes<sup>20</sup>.

Presentemente, está a ser desenvolvida por nós uma tese de doutoramento sobre o tabelionato olisiponense, urbe que se mantinha ainda sem outros estudos sobre estes oficiais, além da análise de duas carreiras específicas, a do tabelião Lourenço Eanes por Bernardo Sá-Nogueira<sup>21</sup> e a do tabelião Afonso Guterres, por João Fresco<sup>22</sup>.

Outras cidades merecem um estudo aprimorado sobre o seu tabelionato, nomeadamente - e não descurando alguns artigos que têm sido feitos como já referido - um trabalho mais a fundo sobre o tabelionato de Coimbra, Leiria, Évora, entre outros locais do reino, ou ainda trabalhos sobre o tabelionato geral e das comarcas.

## **Surgimento dos ofícios (tabelião, escrivão, juiz) e principais características**

O reinado de Afonso II será aquele que fará a diferença na organização e estruturação dos ofícios relacionados com a justiça e a escrita. Se em termos de justiça, o rei era o principal juiz, a situação ir-se-ia alterando aos poucos, com o aparecimento de juizes e sobrejuizes em várias vilas e cidades do reino.

Inicialmente os homens que desempenhavam os ofícios de sobrejuizes podiam ser clérigos, mas à medida que o ofício se estabiliza, começa cada vez mais a fazer parte da aristocracia vilã e pequena nobreza. O seu propósito era a arbitragem e resolução de pleitos entre os vários estratos sociais, contendas entre nobres, com o clero, entre oficiais da corte e administração ou até mesmo na resolução de contratos.

A preparação do juízo ficaria a cargo dos ouvidores, cargo surgido no reinado de Afonso III<sup>23</sup>. Ao mesmo rei deve-se o surgimento dos corregedores, com o propósito de fiscalizarem a forma como era executada a justiça por parte dos restantes oficiais.

---

16. SANTOS, Maria José Azevedo – “Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14 (2014), pp. 119-132.

17. GOMES, Saúl - “Percepções em torno da história do tabelionato medieval português”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5. Coimbra, 2006, pp. 81-100.

GOMES, Saúl - “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”. In *Sep. Hvmnitas*, Vol. LII. Coimbra, 2000, pp. 241-286.

18. GONÇALVES, Duarte - “O Tabelionato E O Seu Regimento De 1305. Notariado e Coroa no Portugal Medieval”. In *Revista Signum*, vol. 12, n. 2. 2011, pp. 139-162.

19. MENDES, Rui Mesquita - “Os Tabeliães e o Notariado em Almada: A sua história e os seus arquivos”. Almada: *Anais de Almada: Revista Cultural*, n.º 13-14, 2012, pp. 45-96.

20. VIGIL MONTES, Nestor – “La institución notarial y sus documentos en el Reino de Portugal en la Edad Media”. In *Historia Instituciones Documentos*, (44), 2017, pp. 351-379.

21. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Lisboa, polícopiado, 1988.

22. FRESCO, João – *O Tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2006.

23. HOMEM, A. L. Carvalho – “Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)”. In *Medievalista* [Em linha]. N.º6, (julho 2009), p. 3.

Nos reinados seguintes continuará a leva legislativa que Afonso II e Afonso III levaram a efeito, com Afonso IV a confirmar uma separação entre o juízo do cível e crime, a separação entre juizes e ouvidores, entre outras execuções previstas pelo *Regimento das Audiências* (1334-35)<sup>24</sup>.

O primeiro documento que chega aos nossos dias lavrado por um tabelião data de 1214. Porém, há uma referência a um tabelião remetendo para 2 anos antes da data referida<sup>25</sup>.

É por isso unânime que o seu surgimento tenha sido no reinado de Afonso II. Ainda que não tenha estado presente de início em todas as cidades do reino, estaria nas principais. Os tabeliões distinguiram-se dos escrivães por serem cargos de atribuição régia, permitindo ao seu detentor, uma *persona publica*, exercer *auctoritas* no exercício do seu ofício, munindo de fé publica os documentos lavrados (*publica instrumenta*). Eram por isso oficiais especiais, cujo produto do seu mester era válido em juízo, prova em contenda. Eram o corpo do rei nas mais recônditas vilas e lugares do reino, onde nem sempre o monarca podia estar fisicamente.

Além da *auctoritas* que detinham e da *fides publica* que davam aos documentos que produziam, os tabeliões distinguiram-se facilmente dos outros oficiais da escrita por meio do seu *signum tabellionis*, isto é, o sinal de tabelião, o qual teria de constar em todo o acto que escrevessem, caso contrário não seria tido como válido.

Cada tabelião tinha o seu próprio sinal, diferente de homem para homem, registado nos livros da Chancelaria Régia, onde deveriam prestar exame e juramento, antes de lhe ser atribuído o ofício<sup>26</sup>.

Eram por isso homens que sabiam ler e escrever, que sabiam dos negócios de particulares e instituições, dos seus bens e das resoluções que aconteciam nos concelhos, onde frequentemente estavam presentes em reuniões, fosse como tabeliões e a escrever as actas, fosse como simples observadores, ouvidores, corregedores, juizes ou procuradores, como adiante veremos que poderiam ser.

De mencionar ainda o incremento do comércio e da burocracia régia neste período, não só no reino de Portugal, mas pelos vários reinos europeus, que catapultava a escrita e a sua dependência. O surgimento do notariado, de resto, dá-se nos senhorios do norte de Itália, com Milão, Veneza ou Florença a terem chancelarias tão robustas como outros reinos europeus como França ou Inglaterra<sup>27</sup>.

Embora o ofício tenha surgido no reinado de Afonso II, facto é que viria a perder importância e visibilidade ao longo do reinado de Sancho II. Bernardo Sá-Nogueira apelida esse momento de eclipse, sendo que apenas em Braga continuaram a existir documentos produzidos por tabeliões<sup>28</sup>.

Porém, outros autores, como Hermínia Vilar<sup>29</sup>, preferem dar ênfase ao que pautava e diferenciava os reinados de Afonso II, Sancho II e Afonso III, sendo que o primeiro foi um rei que diminuído pelas suas características físicas, teria tido necessidade de apostar numa governação pela escrita, pela legislação e registo.

---

24. HOMEM, A. L. Carvalho – “Os oficiais da Justiça” ... pp. 4-5.

25. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Tabelionado e instrumento...*, p. 59.

26. Conf. AML-AH, *Chancelaria Régia*, Livro 2º D. Fernando I, doc. 12.

27. GAMBERINI, Andrea – “Istituzioni e scritture di governo nella formazione dello stato visconteo”. In *Lo stato visconteo. Linguaggi politici e dinamiche costituzionali. Storia*. Milano: Franco Angeli, 2005, pp. 35-67.

28. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Tabelionado ...*, p. 236.

29. VILAR, Hermínia - “Do Arquivo ao Registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II”. In *Penélope*, 30/31. 2007, pp. 19-50.

Por oposição, Sancho II terá tido sempre questiúnculas intestinas para resolver, voltando-se novamente mais para a vertente bélica e não tanto burocrática. Ademais, ao seu irmão e sucessor, Afonso III, terá convido de certa forma apagar as memórias do reinado anterior.

Ainda assim, o ressurgimento do tabelionato e a sua consolidação definitiva terá lugar com Afonso III. A partir daqui o ofício surge com mais profissionais e em maior número de cidades, sendo também cada vez maior a quantidade de documentos que produzem, conforme demonstra Sá-Nogueira<sup>30</sup>.

Loulé, para a época que nos ocupamos não será excepção, tendo também ela - como veremos - tabeliães dados por el-rei à vila, para que pudessem redigir desde actas de vereação, a contratos entre particulares, negócios do clero ou últimas vontades de todos quantos tivessem algo a legar e dinheiro para pagar um instrumento público de testamento. São inclusive muitas vezes chamados a produzir procurações, alvarás, sentenças e outros documentos para o concelho, como atesta o pagamento que é feito, por exemplo, aos tabeliães Domingos Gonçalves, Gonçalo Gonçalves e João Afonso em 1375 ou aos tabeliães Mem Rodrigues e João Rodrigues em 1483 e assentes no livro de *Receitas e Despesas*<sup>31</sup>.

No que às escrivatinhas diz respeito, importa-nos aqui reflectir, como passagem para o que analisaremos de seguida, o surgimento dos escrivães ligados ao governo municipal.

O mais comum nas várias circunscrições administrativas do país eram os escrivães da câmara. Porém, em cidades mais populosas, poderiam existir também, segundo alguns autores, os escrivães do concelho, como veremos. A diferença, defendem, estaria relacionada com funções mais concretas que eram atribuídas ao escrivão da câmara, encarregado de escrever as actas das reuniões da câmara da vereação, enquanto os escrivães do concelho abrangeriam funções de escrita mais amplas, para tudo quanto fosse necessário ao governo e administração das vilas e cidades.

Miguel Gomes Martins fala-nos precisamente desta distinção para o caso de Lisboa, onde argumenta existirem escrivães do concelho e escrivães da câmara, ainda que por vezes ambas as designações estejam atribuídas ao mesmo homem<sup>32</sup>.

Porém, para o caso de Lisboa, se analisarmos algumas das fontes disponíveis, não é absolutamente claro que fossem cargos distintos. Verificamos apenas um caso em que é feita a distinção: Fernando Aires é designado como escrivão da câmara do concelho e Lourenço Durães como escrivão do concelho<sup>33</sup>; em outras fontes há a designação do oficial apenas como escrivão da câmara<sup>34</sup> ou simplesmente como escrivães, sem mais designações<sup>35</sup>. Tal faz-nos crer que não haveria propriamente uma distinção de funções e cargos, mas antes uma utilização alternada de designação de uma ou outra expressão nas fontes. Desta forma, o único caso já referido em que é feita a diferenciação “Fernando Airas scriuam da Camara do Concelho Lourenço Duraaez scriuam do Concelho” pode ter resultado de um lapso em que o tabelião não escreveu “câmara”

---

30. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Tabelionato ...*, pp. 360-364.

31. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 21-21v, 22v e *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 12, 16v.

32. MARTINS, Miguel Gomes – “O Concelho de Lisboa ...”, pp. 97-98.

33. AML-AH, *Livro 1º de Emprazamentos*, doc. 1.

34. AML-AH, *Livro 1º de Emprazamentos*, doc. 4 e AML-AH, *Livro 1º de Sentenças*, doc. 12.

35. AML-AH, *Livro 1º de Sentenças*, doc. 8 e AML-AH, *Livro 1º de Místicos de Reis*, doc. 5.

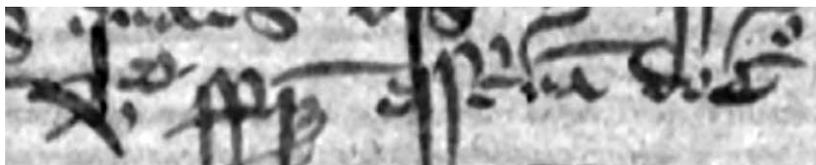
entre as expressões “escrivão” e “concelho”. Porém, tal obrigar-nos-ia a considerar que existisse mais que um escrivão da câmara, o que não estaria de acordo com o suposto.

Contudo, também Maria Helena da Cruz Coelho foca esta questão, ao analisar as chancelarias municipais<sup>36</sup>. Diz a professora de Coimbra que o escrivão do concelho, fruto do crescendo burocrático, assessorava o tesoureiro nos registos dos contos municipais. Devia ser escolhido entre um tabelião ou escrivão da terra e refere ainda a autora que em várias terras existiam quer escrivães do concelho, quer escrivães da câmara, defendendo por isso tratar-se de diferentes ofícios, dada a especialização cada vez mais exigida, à semelhança do que aconteceria no reino de Leão<sup>37</sup>. Esta particularização estaria na génese de outras tipologias e especializações no ofício de escrivão, nomeadamente das Sisas<sup>38</sup> ou do almoxarifado<sup>39</sup>, como também encontramos em Loulé.

As funções dos escrivães municipais estariam relacionadas com o registo dos livros de receitas e despesas, redacção de cartas, mandatos ou contratos, traslado de cartas régias para os registos concelhios (e dar a conhecê-las através do pregoeiro), publicação do regimento anual da câmara e posse das chaves das arcas onde deveriam ser guardados os documentos emitidos pelo concelho<sup>40</sup>, além, claro, da redacção das actas das reuniões de vereação.

Para o caso de Loulé, nas actas de vereação encontramos uma única referencia à expressão “escrivão do concelho” (unicamente por um tabelião, João Afonso, que assim se intitula na acta de 3 de junho de 1392<sup>41</sup>), sendo todas as restantes menções presentes em actas como “escrivão da câmara”.

Diferente é o que sucede nos livros de *Receita e Despesa* – o que vai ao encontro do que Maria Helena Cruz Coelho refere sobre um escrivão do concelho auxiliar o tesoureiro nos registos - em que há declaradamente um Vasco Fernandes escrivão do concelho em 1375, que regista os pagamentos feitos e, apesar da maioria das vezes referir-se a si próprio apenas como escrivão, há fólhos do documento em que se intitula escrivão do concelho (imagem 1)<sup>42</sup>.



**Imagem 1.** Vasco Fernandes escrivão do Concelho

36. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Considerações em torno das chancelarias municipais”. In *Olhares sobre a História – Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 168.is

37. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Considerações em torno ...”, pp. 168-169.is

38. O exemplo do escrivão das sisas João Rodrigues. Conf. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 1999, p. 227.

39. Os exemplos de Martim Lourenço (com cargo anterior a 1463) e Afonso Alrua que lhe sucedeu no ofício em 1463 (conf. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 150). E também os casos de João Miguéis (1472-87), conf. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, f. 117 e Álvaro Fernandes (1490-92), conf. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fol. 132.

40. ROLDÃO, Ana Filipa - *A memória da cidade: escrita ...*, pp. 157-159.

41. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 1999, pp. 53-54.

42. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 7v.

Além disso, nas cartas de quitação avulsas no mesmo livro há a ordem por Afonso Martins, juiz, de que o escrivão do concelho proceda ao registo do pagamento nos livros de despesas<sup>43</sup>. Também o fólio 19 do *Livro de Receitas e Despesas de 1375-1376* do concelho de Loulé refere os pagamentos que teriam sido feitos ao escrivão do concelho em 1375: 10 libras da sua soldada; mais 5 libras não especificadas; mais 20 libras para o escrivão pagar a Vasco Afonso e mais 10 libras em terça parte e 3 libras “em outra parte” (imagem 2)<sup>44</sup>.

O livro de *Receitas e Despesas de 1423-1425* do concelho deixa-nos novamente algumas dúvidas: se encontramos um “tombo do escrivão do concelho” com o pagamento que deve de haver por um ano (600 reais)<sup>45</sup> e outros registos sobre quanto o escrivão há-de receber de parte do pagamento da “escrivania do concelho”, ficamos com dúvidas quando esse escrivão é designado escrivão da câmara<sup>46</sup> no mesmo registo ou quando ele próprio e quem o substitui apenas se designa escrivão ou escrivão da câmara e não escrivão do concelho. Será que o faz porque detém em si ambos os ofícios, o de escrivão da câmara e do concelho? Tal seria possível em localidades mais pequenas como Loulé, comparativamente com cidades maiores como Lisboa.

Volta assim a não ser claro se estamos perante a possibilidade de um homem estar nas duas escrivaninhas diferentes (concelho e câmara) ou se é tudo a mesma escrivania e as expressões são usadas aleatoriamente ou se é diferente de acordo com a cidade.



**Imagem 2.** Fólio com pagamentos ao escrivão do concelho<sup>47</sup>

Ainda que indirectamente relacionado com a nossa análise, não podemos deixar de referir nos mesmos livros de receita e despesa o registo com os gastos na aquisição de

43. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. solto 1.

44. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 19.

45. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 27.

46. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 14, 14v.

47. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 19.

papel para a redacção da documentação do concelho e os custos com a cera para a aposição do selo, que vamos encontrando para vários anos da nossa análise.

Assim, em 1376 o concelho gastava 7 libras por 8 maços de papel para o concelho e vereamento; 43 soldos e 4 dinheiros para papel para alvarás e para o livro de arrecadação dos figos e 50 soldos para cera, resina e azeite para fazer a cera do selo do concelho<sup>48</sup>. Em 1423 o concelho investia novamente em tinta, papel e cera, pagando por cada mão de papel (cerca de 25 folhas) 18 reais, por tinta 20 reais e por cera e resina 21 reais, preços que se mantêm nas compras do ano seguinte<sup>49</sup>. Em 1480/81 voltamos a ter registos do que era gasto em papel, tinta e cera, nomeadamente 14 reais brancos por mão de papel, 12 reais brancos por arrátel de cera e 30 reais brancos em tinta, entre outros valores que ultrapassam os 150 reais brancos<sup>50</sup>. No livro que tem os registos das despesas de 1483, verificamos que o preço sofre um aumento, sendo uma mão de papel 20 reais brancos, existindo ainda gastos com cera (50 reais) e 100 reais em tinta<sup>51</sup>.

Como termo de comparação de valores, temos o exemplo dado por Maria José Azevedo Santos em que refere que em 1340-41 a Sé de Évora comprou 12 mãos de papel, pagando por uma mão o valor de 5 soldos, o que corresponde ao valor de um leitão e sendo a mão de papel mais dispendiosa que uma galinha grande (3 soldos), ou de dois coelhos (2 soldos e quatro dinheiros)<sup>52</sup>. Ainda como símile entre diferentes produtos e épocas, Sérgio Carlos Ferreira indica-nos que “em 1402, o alqueire de trigo atingiu os 20 reais (7 g) [...]. E em 1403, o trigo valia 22 reais (7,7 g) [...], e na cidade do Porto, a vereação procurava combater a “grande fome” com a venda de uma “partida” de pão nas fangas da cidade (a teiga de trigo por 400 libras com sisa). Este valor de 200 libras (20 g) por alqueire, a confirmar-se, faz do ano de 1403 o mais terrível que a cidade do Porto experimentou”<sup>53</sup> nos sécs. XIV e XV. Continua o autor referindo que “a última década do século XV estabeleceu o trigo em preços médio/elevados, a rondar os 30 a 40 reais (3 a 4 g)”<sup>54</sup>.

Como veremos, inicialmente a função de redigir as actas da vereação ficou a cargo de tabeliães, que se intitulavam só dessa forma<sup>55</sup>. À medida que os anos avançam, alguns tabeliães começam a ter intervenções escritas mais frequentes e a apelidarem-se, além de tabeliães da vila, de escrivães da câmara.

Por fim, já no séc. XV, o cargo de escrivão da câmara de Loulé estabelece-se definitivamente como sendo aquele que deve redigir a documentação do concelho, estipulado em reunião de câmara de 26 de Março de 1408 que assim seja: “...he verdade que per ordenaçom e mando d’el Rey he que seyam scolheitos certos tabaliaes pera fazerem as

48. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 29v.

49. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 25.

50. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O Caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, p. 335 e 337.

51. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 10.

52. SANTOS, Maria José Azevedo – *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005, p. 35.

53. FERREIRA, Sérgio Carlos - *Preços E Salários Em Portugal Na Baixa Idade Média*. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 34-35.

54. FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços E Salários Em Portugal Na Baixa Idade Média...* p. 40

55. É o caso de Gonçalo Gonçalves em actas de 1384 (conf. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 19), Domingos Gonçalves em 1385 (conf. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 36) ou Vasco Eanes de Marvão em 1394 (conf. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 63).

scritouras pruvicas e que ell dicto Vasco Fernandez [escrivão público] escrevessem as dicitas scritouras pruvicas segundo he mandado per El Rey e outros nas outras scritouras que pertencem a screvanhynha do Concelho e da vereação”<sup>56</sup>. Este Vasco Fernandes é provavelmente o mesmo que surge em 1375 como escrivão do concelho, que referimos supra.

Inicialmente (séc. XIV) o cargo de escrivão da câmara tinha cariz de eleição anual e mais tarde passa a ser trienal, com possibilidade de prolongamento em alguns casos, como iremos verificar para o caso de Gonçalo Caeiro, ainda que tal fosse contra as *Ordenações*.

Luís Miguel Duarte<sup>57</sup> deixa clara a importância social, económica e até política do escrivão da câmara: não só pelo saber que detinha, acessível a poucos – a escrita – mas principalmente por estar presente nas discussões camarárias onde se decidiam os destinos das vilas e cidades. Desta forma, mais que o poder económico pelo que auferia do seu trabalho, o escrivão detinha o poder da informação, não só daquela que chega até nós e que era decidido colocar por escrito, mas toda a discussão que culminava nessa redacção e que não chegou até nós. Saber é poder e tal dava, nas palavras do autor, “um enorme ascendente político sobre os homens da vereação e transformava-o numa peça política fundamental”<sup>58</sup>.

Por fim, a referência a mais um tipo de escrivão que encontramos: o escrivão dos órfãos. Chega até nós também alguma documentação do fundo dos órfãos de Loulé<sup>59</sup>, dando-nos a conhecer os seus escrivães - capacitados com a possibilidade de apor sinal público como os tabeliães - e os juizes dos órfãos. Através deste fundo, como veremos, podemos ainda verificar a atribuição de várias escrivanças a um homem e a evolução de carreiras entre os ofícios da escrita e dos juizes.

Apenas nas *Ordenações Manuelinas* encontramos a referência ao coeficiente entre a população e a existência do Juiz dos Órfãos, com todo o aparato de oficiais que o seguiriam, como o escrivão dos órfãos. A vila ou cidade com 400 ou mais vizinhos, deveria ter um Juízo dos Órfãos<sup>60</sup>. Caso uma população tivesse um número inferior de vizinhos, então deveriam ser os tabeliães da terra, com os juizes ordinários, a assegurar o bem-estar dos órfãos.

Para protecção dos órfãos no caso de alguma decisão errada, quer os juizes, quer os escrivães deveriam proceder ao pagamento de uma fiança, a qual deveria ser registada no livro da vereação do concelho<sup>61</sup>.

De entre as funções do escrivão dos órfãos, estava a de assegurarem os registos no livro dos órfãos dos dados relativos a cada criança e do respectivo tutor, bem como dos bens que lhe eram atribuídos e o seu valor, para que na idade estipulada lhes fossem devolvidos. O concelho deveria ter uma arca onde eram colocados os bens e dinheiro dos órfãos, sendo que uma das três chaves da arca deveria ficar na posse do escrivão, outra do juiz e a terceira do depositário dos bens do órfão<sup>62</sup>.

---

56. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 171.

57. DUARTE, Luís Miguel - “Portugal visto de Loulé (1492-1497)”. In SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 2004, pp. 20-23.

58. DUARTE, Luís Miguel - “Portugal visto de Loulé (1492-1497)”, ..., p. 21.

59. MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI*. Caderno do Arquivo. Loulé – C.M. Loulé – Arquivo municipal, 2016.

60. MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500 - 1580)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 72.

61. MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados ...*, p. 72.

62. MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados ...*, p. 73.

Tal como sucedeu nalguns casos de outros cargos ligados à escrivãzinha e ao tabelião, também o ofício de escrivão dos órfãos foi por vezes vendido<sup>63</sup>. Porém, em algumas circunstâncias o cargo tornava-se vitalício, o que facilitava a gestão dos processos. O cargo de Juiz dos órfãos, porém, além da possibilidade de também ser vendido, era de cariz trienal<sup>64</sup>.

Passemos agora à análise concreta dos ofícios de tabelião, escrivão e juiz na vila de Loulé.

## **Tabeliães, escrivães e juizes em Loulé**

A escassez de fontes é algo a que nos habituamos ao lidar com o estudo dos acontecimentos da Idade Média. Poucas fontes, algumas deterioradas e outras às quais não temos acesso. Quanto mais pequena a região que queremos analisar e com menor número de instituições monástico-conventuais, tanto pior.

Ainda que tenhamos a nosso favor, para o caso de Loulé, a existência das mais antigas actas de vereação do país e que as mesmas estejam transcritas e publicadas – algo de louvar – na verdade, falta-nos a existência de um convento ou colegiada para a época medieval que nos tivesse deixado uma panóplia de contratos e outros instrumentos elaborados por tabeliães, para que pudéssemos de forma mais sustentada analisar os profissionais da escrita do concelho. Porém, em Loulé somos afortunados pela existência de vários registos medievais do concelho, sendo o município a excepção à regra a que estamos habituados sobre a falta de fontes.

Para esta nossa análise, tivemos que nos basear em 7 principais fontes de informação: as já referidas *Actas de vereação de Loulé* (1384-1499), os livros de *Receita e Despesa* do concelho de Loulé (1375-1483), os livros de *Impostos Extraordinários* (1469-79), os livros de *Justiça* (1438-48), o livro das *Actividades Económicas* (ou *Livro da Repartição da Fruta*) e o fundo do *Juízo dos órfãos* e os registos das *Chancelarias Régias*. Assim chegámos à identificação de agentes da escrita e do governo municipal, os já tão citados tabeliães, escrivães e juizes.

Sem dúvida que as *Actas de vereação de Loulé* e as *Chancelarias Régias* foram as fontes que mais nos permitiram reconstruir a vida dos profissionais da escrita e justiça da Loulé tardo-medieval. Porém, ainda obtivemos algumas carreiras com base no *Juízo dos órfãos* e dos livros de *Receita e Despesa*. Menos profícuas foram as fontes relacionadas com os processos *judiciais* e *Impostos extraordinários*.

A nossa ideia inicial era apenas abordar os agentes da escrita – escrivães e tabeliães – de Loulé no final da Idade Média. Porém, ao verificar a acumulação de ofícios e a existência de tabeliães e escrivães a serem juizes, optámos por acrescentar o enfoque também nestes oficiais, até porque supostamente, de acordo com as *Ordenações Afonsinas*, um tabelião não podia ser juiz<sup>65</sup>.

Outro problema com que nos deparamos frequentemente na identificação de agentes na Idade Média está relacionado com o comum patronímico. Mais uma vez, para o caso de Loulé, temos esse problema. Se há homens que pela sua nomenclatura menos comum ou forma de se autointitularem conseguimos concluir tratar-se da mesma

---

63. MACHADO, Maria de Fátima – *Os órfãos e os enjeitados ...*, p. 75.

64. MACHADO, Maria de Fátima – *Os órfãos e os enjeitados ...*, p. 76.

65. *Ordenações Afonsinas*, Livro I, título XXXVII, nº 14. Disponível online em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>. [Consultada em abril 2020].

pessoa, outros há que têm o mesmo nome e não sabemos se se trata da mesma pessoa. Nestes casos, optámos por tratar como dois indivíduos diferentes, pelo que vamos encontrar, a título de exemplo, um João Gonçalves tabelião, com carreira entre 1384 e 1396 e um outro João Gonçalves (II), escrivão, com carreira entre 1402 e 1422. Se pode ser o mesmo indivíduo? Acharmos que sim: apesar de um pequeno hiato de informação, entre 1396 e 1402, são poucos anos. Porém, aparece a sua referência como João Gonçalves tabelião ou como João Gonçalves escrivão, mas nunca João Gonçalves tabelião e escrivão. Por este motivo, consideramos serem dois indivíduos diferentes.

O mesmo sucede nos casos de João Afonso e João Afonso II, tabelião e escrivão respectivamente e ainda João Afonso Miguéis, que poderá ser o primeiro referido. Também Álvaro Rodrigues e Álvaro Rodrigues II podem ser o mesmo homem, dada a coincidência de cronologias. Na mesma situação estão Fernando Eanes e Fernando Eanes II, havendo ainda alguma confusão com os nomes Vasco Eanes, Vasco Esteves e Vasco Fernandes.

São, portanto, algumas as circunstâncias em que não temos a certeza absoluta se se trata da mesma pessoa ou não, uma vez que as cronologias são próximas ou mesmo coincidentes, mas intitulam-se apenas tabelião ou apenas escrivão.

Outra dificuldade com que nos deparamos é o facto de nem sempre os tabeliães se identificarem como sendo da vila de Loulé, ou no caso em que estão presentes nas reuniões da vereação ou nos processos de órfãos, não serem identificados como tal. Vamos considerar que o são, por um lado por estarem na vereação da vila e também por acontecer em mais do que uma situação a identificação de tabeliães quando estes são de outros locais<sup>66</sup>.

Porém, e apesar de estarmos a analisar uma baliza cronológica ampla, encontrámos números bastante satisfatórios de oficiais. Contudo, temos de ter em consideração que a quebra nos números que sofremos na primeira metade do séc. XV diz respeito à falta de fontes, nomeadamente a ausência de actas de vereação e não a algum acontecimento extraordinário que o tenha promovido, tanto quanto nos é dado a conhecer.

Em resumo, temos um total de 82 tabeliães entre 1375 e 1499, 59 escrivães e 62 juízes, conforme verificamos na tabela 1:

<b>Ofício</b>	<b>totais</b>
Tabeliães	82
Escrivães	59
Juízes	62

Tabela 1. Número de oficiais 1375-1499.

Dos 82 tabeliães, 17 desempenham também funções de escrivão e 9 homens desempenham o cargo de juiz em determinada altura, ainda que não tenhamos a certeza se acumulavam ambos os ofícios com produção prática em simultâneo ou os desempenhavam em alternância.

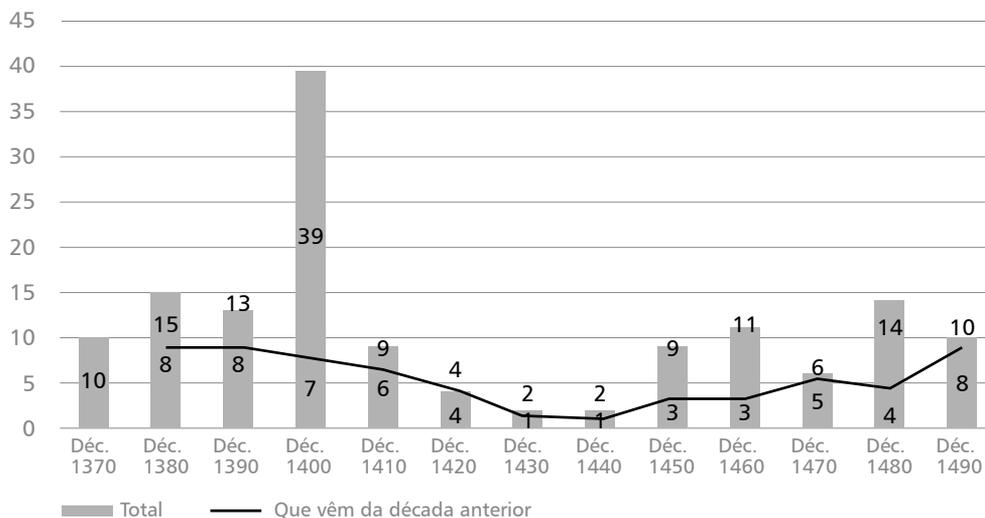
Nos gráficos 1 a 4 procurámos registar a quantidade de indivíduos que desempenha o ofício por cada década e dessa década quantos transitaram já da década anterior.

66. É o caso do que sucede, por exemplo, no documento 2 do Fundos dos Órfãos, em que são identificados tabeliães de outros locais, nomeadamente tabeliães de Faro (João Lourenço e Lourenço Gonçalves). Conf. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé...*, p. 67.

O gráfico 1 diz respeito apenas aos tabeliães, o gráfico 2 apenas a escrivães, o 3 a juízes e no gráfico 4 todos os três oficiais em simultâneo<sup>67</sup>.

O número de tabeliães a laborar por década numa vila como Loulé trouxe-nos de início alguma surpresa: de notar que na década de 80 temos 15 tabeliães identificados nas actas, livros de receita e despesa e nas chancelarias. Como já referimos, não podemos dizer com toda a certeza que sejam todos de Loulé, mas cremos que sim.

### Rupturas e continuidades tabeliães



**Gráfico 1.** Número de tabeliães a laborar por década e que transitam da década anterior.

É difícil podermos estabelecer um paralelo com outras vilas e cidades, pela falta de estudos e em particular para a mesma cronologia, como já referido no início deste exercício.

Porém, temos alguns dados que nos permitem traçar uma base de análise: antes da peste negra de 1348, diz-nos Ana Maria Rodrigues que a vila de Torres Vedras tinha 8 tabeliães<sup>68</sup>. Um documento das Gavetas da Torre do Tombo, transcrito e publicado, atesta, em 1340, a presença e sinal de cinco tabeliães na vila de Estremoz<sup>69</sup>. Viseu teve no reinado de D. Fernando 12 tabeliães, mas já tinha o número certo e que deveria ter em 1394, de 7 homens<sup>70</sup>. Para Santarém, a década de 1380 conta, segundo nos diz Leonor Garcia<sup>71</sup>, com 47 homens a laborar e em Lisboa a nossa investigação ainda em curso dá-nos, para o mesmo período, um total de 78 oficiais a laborar em simultâneo, ainda que tenha havido a tentativa de D. Fernando de baixar de 60 para 30 homens em 1371<sup>72</sup> e de D. João I em 1428 novamente tentar limitar a 30 homens “como no reinado

67. Na medida em que há agentes que têm os vários ofícios em simultâneo (são tabeliães e escrivães, são tabeliães e juízes, são as três coisas), os dados somados dos gráficos 2, 3 e 4 não darão valores iguais aos do gráfico 1, que considera os nomes, independentemente das profissões e da acumulação de ofícios.

68. RODRIGUES, Ana Maria – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1995, p. 80.

69. REGO, António da Silva (Coord.) - *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: CEHU, vol. IX, 1971, pp. 483-490.

70. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 3, fl. 37.

71. GARCIA, Leonor - *O tabelionado escalabitano ...*, figura 2, p. 11.

72. AML – AH, *Chancelaria Régia*, “Livro 2º de D. Fernando”, doc.12.

de Afonso IV”, sem referir quantos existiam<sup>73</sup>. Em 1439, de acordo com as queixas em Cortes, o povo de Elvas refere que sempre foram 8 os tabeliães da vila, mas naquele ano haviam 12, causando dano<sup>74</sup>. Nas mesmas cortes, o povo do Porto refere que tinha 12 tabeliães quando devia ter 8<sup>75</sup>.

Não nos parece por isso descabido que Loulé, nos anos 80, tivesse 15 tabeliães a escrever em paralelo. De notar, porém, o incrível incremento na primeira década de 400: 39 tabeliães a laborar em simultâneo. Este sim, parece-nos um valor exagerado para uma vila como Loulé. Porém, comparando com o período homólogo da nossa investigação em curso para Lisboa, que ao tempo já se destacava como a principal cidade do reino, temos 69 tabeliães a laborar em simultâneo, mais 30 que em Loulé. Para Santarém, a investigação de Leonor Garcia estanca em 1405, com alguns dados até 1407, mas encontramos apenas 27 tabeliães a laborar para o período de 1400-1407<sup>76</sup>. Uma vez mais, embora o estudo de Leonor Garcia não abranja a década completa, mas praticamente metade, parece-nos exagerado supor que Loulé tivesse mais 12 tabeliães que Santarém para igual década. Ainda que ambas fossem vilas à época, facto é que Santarém detinha maior importância e maior presença régia.

Todavia, sabemos também que Loulé, quando considerada a vila e termo, era bastante extensa a avaliar pelo que é referido sobre o número de procuradores num documento das chancelarias régias<sup>77</sup> e pelo facto de deter juiz dos órfãos. Além disso, verificamos que a tendência de subida nesta década se mantém quanto a escrivães e juizes (gráficos 2 e 3), pelo que poderemos estar perante apenas um diferencial no número de fontes disponíveis para as diferentes décadas e efectivamente não ser um número tão exagerado face à dimensão do território como possa parecer numa primeira abordagem.

A quebra nas seguintes décadas do séc. XV deve-se, como já referido, à falta de informação e de fontes e não a outra qualquer questão, pelo menos que esteja ao nosso alcance identificar.

Quanto à existência de um paço de tabeliães para esta quantidade de oficiais, temos certezas quanto à sua existência pelo menos desde o séc. XV, pelo pagamento que é feito pelo procurador “para a casa dos tabeliães”, no valor de 6 reais brancos em 1483, descrito nos livros de receitas e despesas do concelho<sup>78</sup>.

Passando a uma análise dos escrivães, verificamos a mesma tendência que os tabeliães, uma quebra na primeira metade do séc. XV pela falta de fontes, mas de resto um comportamento do gráfico similar ao dos tabeliães. De referir que aqui considerámos todo o tipo de escrivães que nos surgiram na documentação: das sisas, da câmara, dos órfãos, do almoxarifado ou até aqueles que não referiam a que escrivãinha pertenciam.

O facto de existirem poucos escrivães para as décadas de 70 e 80 não será de estranhar, uma vez que o concelho recorria bastante a tabeliães (temos os tabeliães de 1370 a escrever instrumentos públicos, mas também actas de vereação para o concelho, como o caso de Domingos Gonçalves que em 1375 que é pago por esse trabalho<sup>79</sup>).

---

73. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fl. 6v-7.

74. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso V.* Edição preparada por João José Alves Dias; Transcrições de Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 241.

75. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso V...*, p. 380.

76. GARCIA, Leonor - *O tabelionado escalabitano...* anexos, figura 2, p. 11.

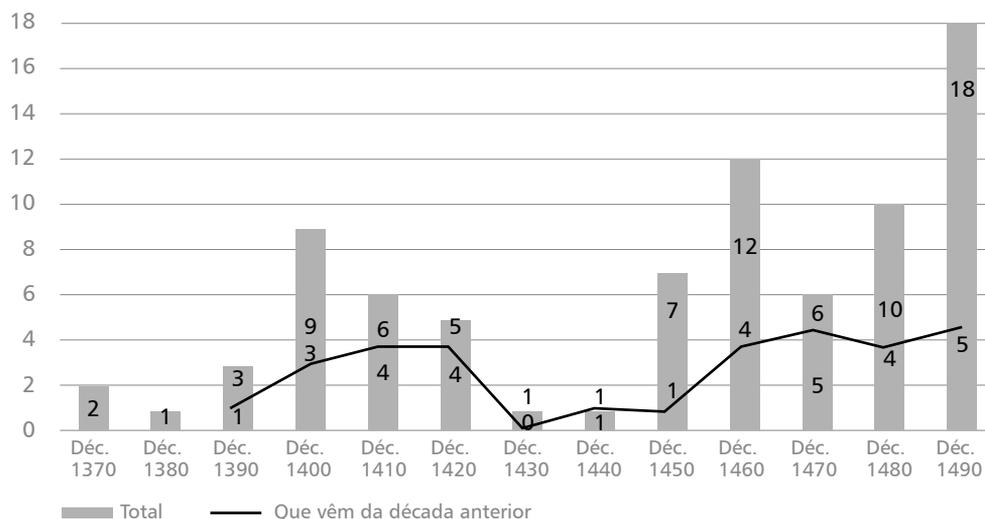
77. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 86v.

78. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 15v.

79. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 23v.

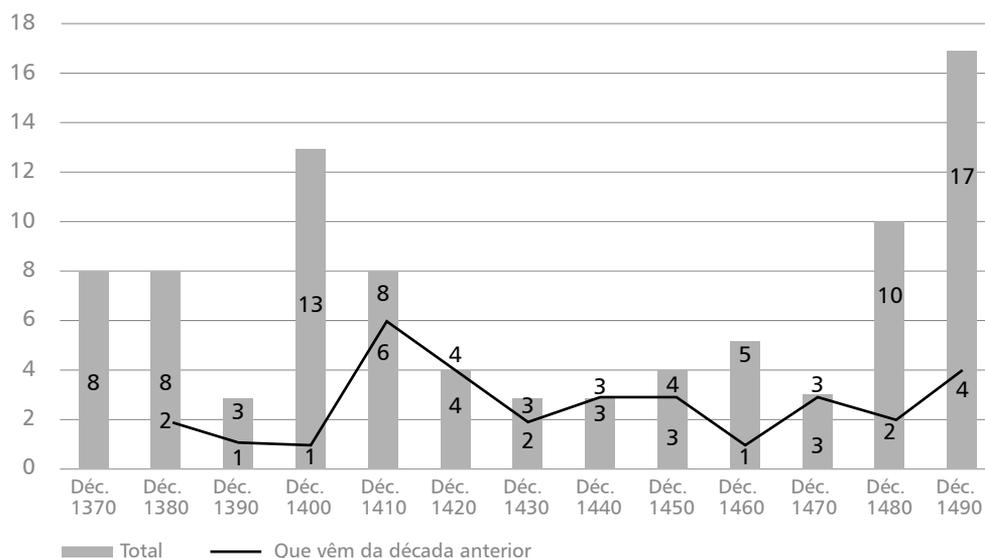
O próprio D. João I, já em 1391 nas cortes de Viseu, viria a ordenar que os escrivães da vereação fossem eleitos por períodos de um ano de entre os tabeliães das vilas e cidades, havendo por isso ainda uma débil presença de escrivães nos assuntos camarários nestas últimas décadas de trezentos.

### Rupturas e continuidades escrivães



**Gráfico 2.** Número de escrivães a laborar por década e que transitam da década anterior<sup>80</sup>.

### Rupturas e continuidades juízes



**Gráfico 3.** Número de juízes a laborar por década e que transitam da década anterior<sup>81</sup>.

80. Ver nota 71.

81. Ver nota 71.

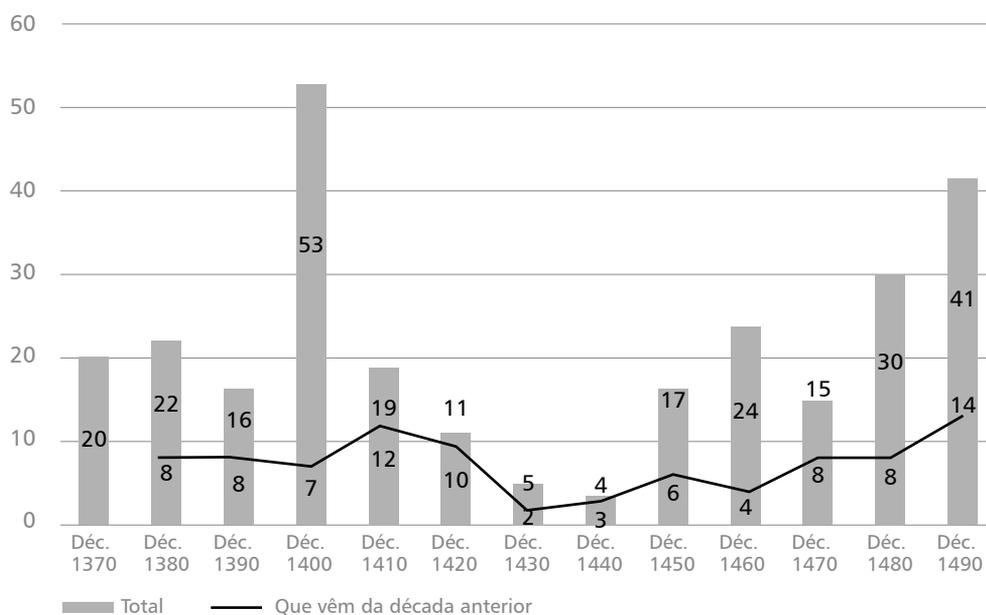
Por fim, o número de juizes, fossem os juizes ordinários referenciados nas actas, normalmente isolados ou em dupla ou fossem juizes dos órfãos, normalmente apenas um indivíduo com mandato trienal, como já referimos.

Para o caso dos juizes, pela intitulação de escudeiros, cavaleiros, entre outras denominações, verificamos que se trata frequentemente de indivíduos de uma aristocracia vilã ou baixa nobreza, a ter o cargo por mercê régia.

Uma vez que acontece haver indivíduos que acumulam os cargos em análise, optámos por desenvolver ainda o gráfico 4, onde constam os valores totais de homens a trabalhar por década e quantos transitam da década anterior.

O comportamento do gráfico, como não poderia deixar de ser é igual ao que acontece nos 3 anteriores, com as primeiras décadas de Quatrocentos a terem uma quebra dos números pela razão já exposta.

### Rupturas e continuidades agentes

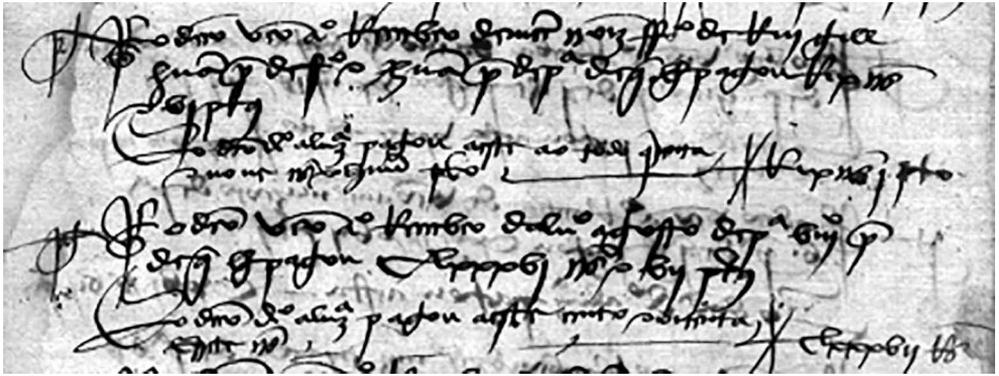


**Gráfico 4.** Número de agentes totais (escrivães, tabeliães e juizes) por década e que transitam da década anterior.

Mas estes homens são muito mais que tabeliães, escrivães, juizes. São, como veremos, almoxarifes, procuradores, contadores, chanceleres e são também homens de negócios! É difícil compreender o que nos diz o livro 3 de *Receitas e Despesas* (séc. XV) do concelho de Loulé. Não do ponto de vista paleográfico, letra gótica cursiva que se lê com alguma facilidade, mas pela interpretação do que está escrito e de algumas abreviaturas.

Segundo Luís Miguel Duarte, este livro seria o *Livro do Pagamento da Fruta* e não deve ser interpretado sem ter em mente o *Livro da Repartição da Fruta*<sup>82</sup>. Damos como exemplo o trecho abaixo (imagem 3):

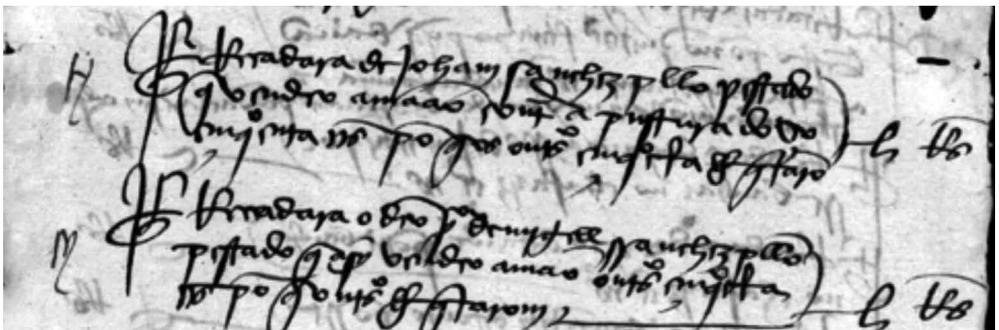
82. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”. In *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, nº 20. Loulé: Câmara municipal de Loulé, 2018, p. 82. O apelidado de *Livro da Repartição da Fruta* é o livro 1 do Registo de documentos relativos ao abastecimento e tabelamento de géneros, à guarda do Arquivo Municipal de Loulé.



**Imagem 3.** Livro 3 de *Receitas e Despesas* (séc. XV) do concelho de Loulé ou *Livro do Pagamento da fruta*<sup>83</sup>.

Começa incompleto e tal impossibilita-nos de saber de que ano se trata. Nos seus fólhos encontramos referência a seis homens que nos são familiares de outros livros de receita e despesa, das chancelarias régias e das actas de vereação. São eles Mem Rodrigues, tabelião, escrivão e procurador (1480-95), Álvaro Agosto, tabelião (1487-1501), Diogo Nunes Barreto, juiz (1450), Álvaro Rodrigues, tabelião (1468-93), Brafamé Alquinene, escrivão (1488) e Rui Dias, tabelião, escrivão e procurador (1444-84). Se não considerarmos Diogo Nunes Barreto (até porque no documento apenas refere Diogo Barreto, pelo que pode não ser o mesmo), todos têm em comum a década de 80 na sua carreira. Se tivéssemos de avançar com uma proposta de datação para este livro, diríamos início dos anos 80 de quatrocentos.

A reforçar esta nossa ideia, podemos comparar paleograficamente este livro com o livro de *Receitas e Despesas de 1483* e a grafia é em tudo semelhante, particularmente o “Item” inicial, o R de “Reais”, o lh de “lhe”, podendo ter sido inclusive o mesmo autor a redigir ambos os livros (imagem 4).



**Imagem 4.** Livro 9 de *Receitas e Despesas* do concelho de Loulé<sup>84</sup>.

O mesmo já havia sido sugerido por Valentina Ferreira, que analisou o papel e filigrana, a letra gótica cursiva originária da joanina, mas já com algumas alterações próprias do final do séc. XV, a moeda utilizada – reais com pretos – a linguagem e alguns dos intervenientes, levando-a igualmente à conclusão de que será certamente do último quartel de quatrocentos, com grande probabilidade de ser de 1480<sup>85</sup>.

83. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 8.

84. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 3.

85. FERREIRA, M<sup>a</sup> Valentina Garcia – “A fruta em Loulé na europa medieval – análise de manuscritos do século XV”. In *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*. Loulé: Câmara municipal de Loulé, n.º 9, 2003, pp. 229-236.

Seguindo a lógica de Luís Miguel Duarte de que este livro 3 de *Receitas e Despesas* (séc. XV) se trata do pagamento da fruta, então, na imagem 3, teríamos (e que se repete de forma semelhante em todos os fólhos) o seguinte:

Item o dicto vasco afonso Recebeo de meem rrodriguez ffilho de Ruj gill  
hũa peça de figo e hũa peça de passa de que lhe pagou Rix rreais bj pretos

E o dicto diogo alvarez pagou a este ao todo quarenta e nove rreais huum  
preto ----- Rix rreais j preto

Item o dicto vasco afonso Recebeo de aluaro agosto de passa biij peça de  
que lhe pagou CLxxbj rreais bjj pretos

E o dicto diogo alvarez pagou a este çento e oiteenta E ssete rreais -----  
CLxxbj Reais

Provavelmente o livro 3 (séc. XV) reflecte a entrega de parte da fruta previamente acordada entre os produtores/intermediários e o concelho com o respectivo acerto de contas face à quantia que teriam recebido antecipadamente (tipo de negócio presente no *Livro de Repartição da Fruta*), fosse como forma de suportar custos de produção, fosse para reserva da produção para o concelho.

Os tabeliães e escrivães seriam por isso também produtores ou pelo menos intermediários no negócio da fruta de Loulé. E não é só o livro 3 (séc. XV) que o atesta, mas também o *Livro da Repartição da Fruta* de 1450 transcrito por Luís Miguel Duarte e onde encontramos Rui Vasques, tabelião, Rui Dias, escrivão, Gonçalo Sarrea, juiz, Diogo Afonso, escrivão, João de Sousa, tabelião, Vasco Lourenço Vogado, juiz e Fernão d'Ovanha, juiz a receber antecipadamente pagamentos do concelho e a obrigarem-se à entrega de determinada quantidade de fruta boa<sup>86</sup>.

De notar que entre os dois livros temos em comum Rui Dias, escrivão e temos um João de Sousa, o moço (talvez filho do tabelião João de Sousa?) a negociar fruta, pelo que parece ser uma actividade que desempenham por vários anos em paralelo com a carreira de escrita.

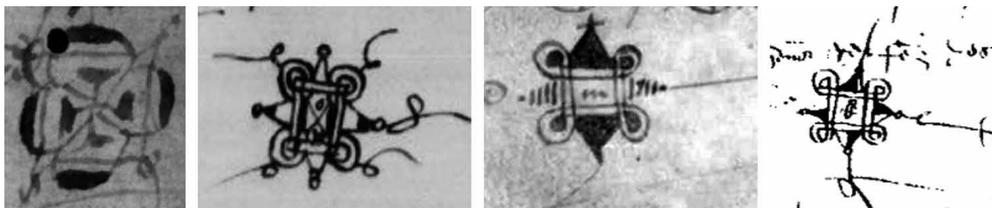
Infelizmente, uma dificuldade que encontrámos foi a identificação dos tabeliães pelos seus sinais. Apenas em quatro casos conseguimos recuperar o sinal que usavam: são os tabeliães Diogo Rodrigues, João do Adro, Mem Rodrigues e Rui Gomes II (imagem 5).

A inexistência de sinais explica-se pelo facto de as actas de vereação não necessitarem desse método de autenticação e quando eram tabeliães a lavrá-las acabavam por desempenhar mais uma função de escrivão e registo do que de *persona publica* a elaborar um instrumento que tem valor probatório em juízo. Além disso, como já referido, faz-nos falta um fundo proveniente de uma instituição monástico-conventual, onde aí existiriam por excelência os *instrumenta publica* lavrados pelos tabeliães e que não dispensavam o seu sinal.

Por esse motivo, dois destes quatro sinais foram inclusive recuperados não das actas de vereação, mas sim dos livros de registo da chancelaria, onde os tabeliães eram obrigados a apor o sinal (caso de João do Adro e Rui Gomes II)<sup>87</sup>.

86. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., pp. 93-98.

87. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, f.97 e ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, f. 8, respectivamente.



**Imagem 5.** Sinais de Diogo Rodrigues, João do Adro, Mem Rodrigues e Rui Gomes II

Na impossibilidade de analisarmos, nesta breve reflexão, todos estes homens, carreiras e cargos, remetemos a informação mais completa para a tabela 2, em anexo, onde estão sintetizadas as informações recolhidas. Vamos aqui centrar-nos na análise de alguns casos mais concretos pela carreira de destaque que tiveram, a acumulação de ofício de tabelião ou escrivão com o de juiz e outros ofícios, pela patrimonialização dos ofícios ou outros casos que achámos pertinentes aqui distinguir.

De referir também os apelidos que, não sendo muito comuns, se repetem com alguma frequência nas actas de vereação de Loulé, podendo ter por isso alguma relação de parentesco.

É o caso de João do Adro, que surge na década de 60 do séc. XV e Álvaro do Adro, que aparece cerca de 30 anos depois. Estaremos a falar de pai e filho?

Não podemos esquecer que em meados de quatrocentos deixa de ser tão comum o apelido do filho ser a derivação do primeiro nome do pai, mas sim a continuação de apelidos.

Outro exemplo é o dos três indivíduos que nos surgem com o apelido Miguéis: Vasco (década de 60), João (décadas de 70 e 80) e Afonso (década de 90). Se entre Vasco e Afonso é possível o parentesco de pai e filho, entre Vasco e João poderemos falar de irmãos ou ainda assim, pai e filho também. Claro que poderão não estar relacionados com laços familiares, mas fica a questão.

Diogo, Duarte e João de Ataíde são todos juízes e contemporâneos, de meados da década de 1490. O apelido leva-nos a crer que fizessem parte de uma aristocracia vilã ou nobreza, podendo eventualmente ser irmãos.

No apelido Caeiro, sabemos que pelo menos Gonçalo Caeiro (1487-1518) e Simão Caeiro (1503) são pai e filho. Porém, temos Gonçalo a vender o ofício de escrivão dos órfãos a Roque Caeiro (1518). Seria também filho de Gonçalo Caeiro? Era normal os ofícios da escrita serem passados de pais a filhos, porém, porquê a venda e não doação, se Roque fosse filho? Por haver outros filhos? Do mesmo apelido temos ainda um Jorge Caeiro (1487) que era tabelião e um Francisco Caeiro que foi escrivão dos órfãos. Seriam todos eles familiares?

Temos ainda os Eanes Pica: Lourenço (1402) e João (1403-08), ambos tabeliães. Além destes, há ainda um Vicente Eanes Pica, almotacé e vereador (1408). Uma vez que surgem na mesma década, talvez pudessem ser irmãos. O mesmo para Mem Ribeiro e Vasco Ribeiro. O primeiro era juiz das sisas em 1487 e o segundo seria escrivão dos feitos dos mouros e judeus na vila de Loulé. Teriam algum parentesco?

Para terminar, os vários nomes que aparecem como “de Saria” ou Soria ou Sarria. A nossa ideia quando surgiu o primeiro nome com esse apelido, o de Rui Lopes de Saria, era que tivesse vindo de Sarria, na Galiza. Porém, existe uma Sória, em Castela e Leão, que também seria uma possibilidade, ainda que mais remota, pela distância geográfica. Partindo do princípio que viriam de um dos reinos hispânicos e que não tivessem parentesco, o que atrairia 6 homens até ao sul do reino de Portugal, em Loulé? Parece pouco plausível que viessem da mesma região 6 homens.

Seguindo uma segunda hipótese de análise, a do parentesco, em que o primeiro homem (ou algum anterior a ele) ser originário daquela zona da Galiza e “de Saria” ter-se tornado apelido, poderiam ser familiares entre si, já instalados de épocas até anteriores no sul do reino. Falamos além de Rui Lopes de Saria (1402-11), escrivão, tabelião e juiz; de Lopo Esteves de Saria (1394-52), escudeiro, também ele tabelião e juiz; de Gonçalo de Saria (1433-51), juiz, criado do infante D. Henrique; de Rui Lourenço de Saria (1487-94), cavaleiro e juiz ordinário; de Gomes Eanes de Saria, cavaleiro (1487) e de João Esteves de Saria (1487), cavaleiro que tem um lugar<sup>88</sup>. Na *Monumenta Henricina*, pelo menos Lopo e Gonçalo são caracterizados como possíveis parentes e algarvios<sup>89</sup>. Além disso, de notar que além da relação com o ofício da escrita por parte de Rui Lopes e Lopo Esteves, quatro dos seis homens são juizes e todos com uma posição social alta (escudeiros, cavaleiros, criados do Infante...).

Parece-nos por isso admissível que estejamos a falar de duas ou até três gerações da família Saria: numa primeira geração Rui Lopes e Lopo Esteves, de fim de trezentos e início de quatrocentos e numa segunda ou até terceira geração - provavelmente filhos ou netos daqueles - Gonçalo, Gomes Eanes e João Esteves, todos da década de 80.

Abordada esta questão dos possíveis parentescos, passemos agora para a referida análise de algumas carreiras.

Começemos por Gonçalo Caeiro, aquele que tem uma carreira mais notável. Sabemos que era escudeiro real, pelo que já teria uma posição social acima dos escrivães e tabeliões que existiram ao longo dos séculos XIV e início de XV.

As chancelarias régias falam-nos que foi chanceler da comarca da correição do reino do Algarve em 1484<sup>90</sup> e tabelião de Loulé a partir de 1487<sup>91</sup>. Em 1492 encontramos-lo a escrever actas de vereação, onde se intitula precisamente como escrivão da câmara<sup>92</sup>. Em 1493 é escrivão dos órfãos e do almotacé de Loulé e três anos depois aparenta ser juiz dos órfãos, segundo o que nos é dado a saber pelas chancelarias régias<sup>93</sup>.

Ainda em 1496 é renovada a sua presença na escrivania da câmara por mais 3 anos, argumentando para isso os vereadores sobre os bons serviços prestados e por prestar por Gonçalo Caeiro<sup>94</sup>. Entre esses bons serviços estava a ida do escrivão à corte d’el rei, para que fossem desculpadas certas somas de pagamentos que o concelho deveria fazer, o que conseguiu com sucesso. Era também enviado a outros concelhos vizinhos para confirmar situações, como o que sucedeu em Quarteira, por animais dessa vila estarem a comer no concelho de Loulé e com isso a trazerem prejuízos<sup>95</sup>, ou como sucedeu com a ida a Faro para questionar os pagamentos do trigo e da dízima da madeira<sup>96</sup>. Além disso, sabemos que o concelho tinha para com ele uma elevada

---

88. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 240.

89. *Monumenta Henricina*, vol. IV (1431-1434). Comissão Executiva das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1962, p. 301. Online em [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_Nm57OK2359kC/page/n321/mode/2up](https://archive.org/details/bub_gb_Nm57OK2359kC/page/n321/mode/2up) [consultada a 09/04/2020].

90. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 45

91. Chancelaria de D. João II, liv. 21, fol. 110.

92. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 2004, pp. 36-42.

93. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 104.

94. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 119-123.

95. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 127-128.

96. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 116-119.

soma em dívida - 6000 reais - por o escrivão ter conseguido um alvará d'el rei acerca das dívidas do concelho, a qual não conseguindo pagar, deram de penhora ao escrivão um cálice de prata com a sua patena e um selo de prata do concelho<sup>97</sup>.

É novamente confirmado chanceler e promotor da justiça da comarca e correição do reino do Algarve em 1497<sup>98</sup>. Foi depois destituído do cargo porque teria cometido erros: tinha de mantimento em cada ano 2.174 reais, mas levava 5.774 e assim roubava 3.600 reais por ano<sup>99</sup>.

Em carta régia datada de 1500 é novamente nomeado escrivão da câmara, onde é indicado que desempenharia o ofício sem do mesmo cobrar proventos<sup>100</sup>, supomos nós como forma de penalização e compensação face ao roubo que havia feito.

Em 1502 é-lhe dada licença para que possa fazer um forno de cozer pão de poia, pagando 120 reais de foro anualmente, à Fazenda régia<sup>101</sup>.

Sabemos ainda pela documentação da chancelaria régia que teria permanecido em Tânger<sup>102</sup> e que tinha, pelo menos, um filho - Simão Caeiro - cavaleiro da casa d'el rei, que teve como mercê também o cargo de Chanceler e Promotor da Justiça da Comarca e Correição do reino do Algarve (1503)<sup>103</sup>.

Em 1518 vende a Roque Caeiro (seria outro filho? sobrinho? neto?) o ofício de escrivão dos órfãos<sup>104</sup>, sendo que tinha licença régia para vender os ofícios de escrivão dos órfãos e de tabelião das Notas (que vende a Lourenço Fernandes)<sup>105</sup>.

Enquanto escrivão da câmara, entre 1492 e 1497 temos 73 registos em que ele surge a escrever as actas de vereação. Quando não pode estar presente, é substituído por João Rodrigues, escrivão das sisas, como sucede na acta de 23 de maio de 1494<sup>106</sup>.

São por isso 34 anos de carreira em que é escrivão da câmara, escrivão do almotacé, escrivão dos órfãos, tabelião, juiz dos órfãos, chanceler e promotor da justiça da comarca, sendo que o seu filho se mantém dentro destes ofícios. Este homem era conhecedor profundo dos segredos do concelho, onde privava constantemente com os vereadores, corregedores, procuradores e homens-bons.

Outro caso curioso foi o de João Rodrigues Monteiro, que teve uma carreira compreendida, pelo menos, entre 1468 e 1514, o que dá 46 anos de actividade, período bastante longo para a época que estamos a considerar. Sabemos que era escudeiro e vassalo do rei<sup>107</sup> e filho do tabelião João Álvares (a quem aparentemente numa primeira fase substitui no ofício, sendo dado por tabelião das notas na vila e seu termo a 01/08/1468, por falecimento do pai<sup>108</sup>). Sabemos ainda, por um outro documento da chancelaria régia, que teria assassinado o seu pai: D. Afonso V nomeia, a 13/08/1468

97. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 132.

98. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 44v-45.

99. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 40-40v.

100. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 25v-26.

101. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 63-63v.

102. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 45.

103. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 18v.

104. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 28.

105. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 28v.

106. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 151.

107. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, liv. 2, fl. 7.

108. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, f. 75v.

Fernão Gonçalves para o cargo de tabelião das notas na vila de Loulé, em substituição de João Álvares, que fora morto por João Rodrigues Monteiro, seu filho<sup>109</sup>; supomos por isso que após se ter sabido que João Rodrigues Monteiro tinha morto o pai, tenha sido retirado do lugar que lhe tinha sido dado, 13 dias antes. Porém, aparentemente a carreira não sofreu muito com este homicídio, talvez tenha conseguido provar inocência? Sobre isso nada mais sabemos. Porém, encontramos-lo como procurador de todos os feitos e demandas de todas as pessoas em 1471<sup>110</sup> e Juiz das sisas em 1482<sup>111</sup>. Recebeu de mercê o ofício de Procurador do Número em 1514, “porquanto a terra estava muito falecida de Procuradores por a povoação ser grande e aí não haver quatro Procuradores, como deveria ser”<sup>112</sup>.

Outras duas carreiras curiosas e já acima mencionadas, são as de Lopo Esteves de Saria e Rui Lopes de Saria. O primeiro surge pela primeira vez em 1384 como procurador do concelho para ir às cortes de Coimbra do mesmo ano. Surge em 1394 como juiz geral, numa acta de vereação. Foi eleito para sua guarda e encomenda pela comuna dos mouros forros de Loulé em 1396<sup>113</sup>. Em reunião de vereação de 30 de março de 1403 seria nomeado chanceler<sup>114</sup>. Sabemos que foi escudeiro<sup>115</sup>, cavaleiro<sup>116</sup> e que possivelmente teria um sobrinho, Vasco Afonso<sup>117</sup>. Além de juiz geral era ainda tabelião na vila de Loulé, pelo menos desde o ano de 1408, conforme acta de vereação de 2 de junho desse ano<sup>118</sup>. Fica a dúvida se já seria tabelião quando se tornou juiz geral da vila de Loulé, ou se só depois terá tido a mercê régia de poder escrever instrumentos públicos e apor sinal. Contudo, não encontramos nenhum documento que tenha sido redigido por ele. Quanto a Rui Lopes de Saria, é-lhe contemporâneo, pelo que poderia ser irmão ou ter parentesco de outro grau. Surge pela primeira vez nas actas de vereação como juiz em 1402<sup>119</sup>, sendo designado escudeiro em 1408<sup>120</sup>. Tabelião do cível e crime da vila de Loulé e seu termo, pelo menos desde 1408<sup>121</sup>, mas possivelmente desde pelo menos 1402<sup>122</sup>, onde surge um Rui Lopes, tabelião, como testemunha; escrivão da renda do mordomado de Loulé, juiz ordinário (1411)<sup>123</sup> e juiz dos órfãos<sup>124</sup>.

---

109. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, f. 79v.

110. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, f. 117v.

111. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fol. 41.

112. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 86v.

113. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) – *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 2, 1387-1402*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 997.

114. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 1999, p. 116.

115. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 86.

116. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 174, 175.

117. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 60.

118. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 195.

119. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 73.

120. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 168.

121. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 175.

122. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 92.

123. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 48, 68.

124. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

João Afonso Carvalho é porventura dos homens que mais ofícios consegue congrega-  
r em si! Escudeiro do Infante D. Fernando<sup>125</sup>, temos referências a que foi nomeado  
almotacé em 1402 e 1403<sup>126</sup>; sabemos ainda que foi vereador do concelho em 1403<sup>127</sup>.  
Desempenhou funções de procurador do concelho em 1408, em substituição de Afonso  
Velho, a rogo do mestre de Avis<sup>128</sup>. Foi tabelião do cível e crime na vila de Loulé e seu  
termo pelo menos entre 1402 e 1408<sup>129</sup> e ainda desempenhou o cargo de inquiridor e  
contador dos feitos.

Mais um exemplo de um tabelião que conseguiu congrega outros ofícios ou fun-  
ções é o de Martim Eanes Maton. Presente na documentação de 1385, sabemos que  
foi nomeado almotacé na sessão de 2 de abril desse ano<sup>130</sup>, havendo ainda a referência  
de que terá sido feito vereador na sessão de 14 de julho<sup>131</sup>. Sabemos também que era  
tabelião presente nas actas de vereação<sup>132</sup>.

O tabelião Mem Rodrigues era denominado como sendo escudeiro. De acordo com  
os registos da chancelaria régia, sabemos que foi tabelião do cível e crime, inquiridor  
do número e contador dos feitos na dita vila e seu termo por renúncia Rui Gomes  
em 1480<sup>133</sup>. Segundo ainda informações que conseguimos obter pelas chancelarias,  
Mem Rodrigues teria sido tabelião das notas na vila e seu termo por renúncia de João  
Rodrigues Monteiro, em 1480, e de quem já falámos em cima<sup>134</sup>. As actas de vereação  
demonstram-nos que desempenhou o ofício de escrivão do almotacé<sup>135</sup> e de escrivão  
da correição<sup>136</sup>. Mem Rodrigues seria ainda procurador do concelho para ir à corte d'el  
rei (1487-88)<sup>137</sup>, o que demonstra a confiança que a vereação depositava neste homem.  
Sabemos ainda pelas mesmas actas que teria sido quadrilheiro da vintena de Boliqueime  
e irmão de João Luís, responsável pela mesma quadrilha<sup>138</sup>. Através da documentação  
compulsada sabemos que terá tido uma carreira, pelo menos, entre 1480 e 1495.

Com uma carreira de pelo menos 40 anos, entre 1444 e 1484, Rui Dias foi tabelião  
das notas, pelo menos entre o mesmo período<sup>139</sup>, teria sido escrivão da coudelaria  
(anterior a 1463)<sup>140</sup>, e foi ainda escrivão da câmara<sup>141</sup> de Loulé. Além de tabelião e  
escrivão, dizem-nos os registos da chancelaria, que teria sido também procurador do

---

125. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 194-196.

126. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 81 e 119.

127. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 136.

128. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 174.

129. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 91 e 195.

130. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 45.

131. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 50.

132. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 30, 35.

133. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 30.

134. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 30.

135. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 38-40.

136. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 66.

137. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 242-258.

138. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 176.

139. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 50v e ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 44v-45.

140. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 121.

141. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 199-222, pp. 250-253.

número (1471)<sup>142</sup> e foi escrivão dos órfãos (1482)<sup>143</sup>. Aparece a escrever os livros de *Impostos Extraordinários* em 1474 e 79 e é designado por escrivão da câmara no livro de *Receitas e Despesas de 1483*<sup>144</sup>. Surge ainda como negociante de fruta no *Livro da Repartição da Fruta*<sup>145</sup> de 1450 e no *Livro do Pagamento da Fruta* ou Livro 3 de *Receitas e Despesas* (séc. XV).

Como referimos, não podemos aqui analisar todas as carreiras, presentes na tabela anexa, pelo que procurámos apenas ilustrar alguns casos particulares pela acumulação de funções, pela patrimonialização dos cargos ou pelas redes de influências que poderiam ter.

## Conclusões

Embora as actas de vereação sejam uma preciosa ajuda para podermos analisar os oficiais da escrita de Loulé entre final do século XIV e durante o século XV, o facto de haver quebras entre estas actas, deixa-nos igualmente com um vazio de informação que nos impossibilita traçar mais claramente as carreiras destes homens.

Porém, verificamos um número bastante satisfatório de tabeliães ao longo das variadas décadas, com especial ênfase para a primeira década de quatrocentos. Apesar de nem sempre consigamos estabelecer a duração destas carreiras, temos casos que chegam aos 40 anos, algo que sucede em outras vilas e cidades do reino, como Lisboa. A média de anos de carreira dos 3 tipos de oficiais dá um valor de 8 anos, naturalmente reduzido por em muitos casos (86 indivíduos) apenas termos uma referência e, por conseguinte, termos considerado apenas como 1 ano de carreira. No que diz respeito apenas aos tabeliães, temos uma média de 11 anos de carreira, considerando igualmente carreiras que têm apenas 1 referência/ano (33 casos).

A questão da existência de duas escrivaninhas distintas, a do concelho e a da câmara (ainda que provavelmente ocupadas pelo mesmo indivíduo), continua a não ser absolutamente clara para nós. Se em 1375 assim parecia, a designação mais frequente pelos próprios como escrivães da câmara em anos posteriores, deixa-nos com cautelas na observação que fazemos.

A informação mais oportuna que retiramos desta breve análise, será a de que, num meio relativamente pequeno quando comparado com as vilas e cidades onde a corte mais permanecia (Santarém, Lisboa, Coimbra, Évora...), a acumulação de cargos era uma realidade. Frequentemente temos tabeliães que são escrivães do almotacé, da câmara, dos órfãos (como Gonçalo Caeiro). Que são juizes (por exemplo Bento Eanes Agulhão, João Rodrigues Monteiro, Lopo Esteves de Saria, Rui Lopes de Saria). Que desempenham a função de procuradores (como Bárbaro Vasques, Rui Dias). Por vezes chega a haver tabeliães e escrivães que são almotacés (Bento Eanes Agulhão, João Adães, João Afonso Carvalho, Lourenço Eanes Pica, Martim Eanes Maton, Rui Gascão, Rui Gomes, Vasco Afonso Carvalho), quadrilheiros (por exemplo Álvaro do Adro, João Cavalo e Mem Rodrigues), ouvidores (como Baltazar de Ouchoa, João Eanes Pica, João Privado,

---

142. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 15.

143. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 142 e MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

144. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 8.

145. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., p. 91.

Fernão Rodrigues II), contadores (como Gil Eanes, João Neto, João do Adro, Martim Ribeiro, Mem Rodrigues) e inclusive vereadores da câmara (por exemplo, João Afonso Carvalho, João de Sousa, João Adães, Lourenço Velho, Luís Eanes, Baltazar de Ouchoa) e inquiridores (João Afonso Carvalho, João do Adro, Martim Ribeiro, Mem Rodrigues).

Os mesmos nomes tornam-se frequentes e familiares, a percorrer as várias funções relacionadas com a escrita ou a administração local, parecendo haver um controlo familiar e corporativo dos cargos. A somar a este facto, muitos dos tabeliães, escrivães e juizes são escudeiros, cavaleiros, fidalgos e até criados ou vassalos de membros da família régia, demonstrando que são os membros de uma aristocracia vilã que ocupam os cargos.

Lamentavelmente temos poucos sinais de tabeliães, uma vez que as referências que temos a eles são essencialmente enquanto testemunhas presentes nas actas de verificação ou a sua nomeação para o cargo nas chancelarias régias. Fazia-nos falta, como referido, uma instituição monástico-conventual que tivesse guardado os documentos feitos por estes homens para que conseguíssemos reconstruir verdadeiramente as suas carreiras enquanto oficiais da escrita.

Por fim, de fazer a ressalva a que alguns dos dados que aqui trazemos por vezes não vão ao encontro dos índices presentes nas actas de verificação publicadas no que respeita à associação de nomes a cargos ou ofícios. Na verdade, nesses índices detectamos algumas imperfeições nos nomes ilustrados e alguns erros de interpretação, a nosso ver, entre o que está escrito nas actas e as funções que alguns homens teriam. A título de exemplo, ser designado nos índices um Eanes Pica ou um Lourenço Pica quando na verdade se trata sempre de Lourenço Eanes Pica, se formos ler a referida acta<sup>146</sup>. Outro exemplo, João Rodrigues d'Ataíde é indiciado como meirinho<sup>147</sup>, mas se lermos a acta, verificamos que o meirinho é um João Rodrigues, que não ele, uma vez que o seu nome é citado imediatamente antes como juiz<sup>148</sup>.

Ainda a salvaguarda para que existe ainda a possibilidade e haver mais cargos atribuídos ao mesmo indivíduo, porém, por terem nomes relativamente comuns, é impossível estabelecer uma relação directa entre o cargo e o indivíduo em causa.

---

146. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de verificação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 322-323.

147. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de verificação de Loulé. Século XV...*, p. 297.

148. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de verificação de Loulé. Século XV...*, p. 153.

## Anexos

Nome	Anos	Observações	Sinal
Afonso de Alrua, e	1463	Escrivão do almoxarifado, portagem, judiaria e do relego da vila de Loulé; camareiro do conde de Odemira. Substituiu Martim Lourenço no cargo, que adoecera <sup>149</sup> .	
Afonso Domingues Ruivano, j	1375-85	Aparece pela primeira vez a respeito do pagamento que tem de receber do concelho, em 1375 <sup>150</sup> . Foi juiz dos órfãos <sup>151</sup> .	
Afonso Álvares, t	1415-23	É referido como tendo feito um instrumento público num processo do juízo dos órfãos <sup>152</sup> . É pago por ter escrito uma procuração para o concelho em 1423 no valor de 8 reais <sup>153</sup> .	
Afonso Fernandes, j	1402	Mercador e juiz dos órfãos <sup>154</sup> .	
Afonso Gil, t	1385	É referido como tabelião presente numa acta de vereação de fevereiro de 1385 <sup>155</sup> .	
Afonso Gomes, t	1402	É referido como tabelião presente numa acta de vereação <sup>156</sup> .	
Afonso Gonçalves, t	1402-08	É referido como tabelião presente numa acta de vereação <sup>157</sup> .	
Afonso Lopes, t	1403	É referido como tabelião presente numa acta de vereação <sup>158</sup> .	
Afonso Martins, j	1375-76	Juiz em Loulé <sup>159</sup> .	
Afonso Miguéis, e	1492-94	Escudeiro. Escrivão das sisas <sup>160</sup> .	
Afonso Nunes, j	1402-09	É referido como tabelião presente numa acta de vereação <sup>161</sup> ; mais tarde é juiz ordinário da vila de Loulé <sup>162</sup> .	
Afonso Peres, j	1385	Escudeiro; Juiz da vila de Loulé <sup>163</sup> .	
Afonso Vasques, t, e	1410-11	Tabelião da vila e Escrivão dos órfãos. Tutoria dos filhos de João Cea(?) tabelião <sup>164</sup> .	
Afonso Velho, j	1402-23	Juiz da vila de Loulé em substituição de mestre Martinho <sup>165</sup> . Foi enviado em 1423 pelo concelho a falar com o infante por causa da prata que o concelho tem empenhada <sup>166</sup> .	
Afonso Vicente, t	1394-95	É referido como tabelião testemunha em actas <sup>167</sup> .	
Álvaro Dias, j		Juiz da bolsa da vila de Loulé <sup>168</sup> .	

149. ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, fl. 150.

150. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 18.

151. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI. ...*, p. 11.

152. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI. ...*, doc. 4, pp. 82-85.

153. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 40v.

154. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI. ...*, p. 11.

155. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Século XV. ...*, p. 35.

156. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 111.

157. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 111, 164.

158. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 130.

159. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. Soltos.

160. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 35.

161. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 84

162. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI. ...*, doc. 2, p. 70.

163. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 46.

164. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI. ...*, doc. 1, pp. 19-50.

165. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, p. 106, 111.

166. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 34.

167. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV. ...*, pp. 58-59.

168. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Século XV. ...*, p. 229.

Álvaro do Adro, e, p, q	1495	Escudeiro. Escrivão da Coudelaria de Loulé <sup>169</sup> ; procurador do concelho <sup>170</sup> . Foi aposentador, corrector <sup>171</sup> e quadrilheiro <sup>172</sup> .
Álvaro d'Arca, j	1483	Aparece referido como juiz no Livro 9 de Receitas e Despesas do concelho <sup>173</sup> .
Álvaro d'Ataíde, j	1423	Referido como juiz nos livros de receita e despesa do concelho <sup>174</sup> .
Álvaro Fernandes, e	1490-92	Escrivão do almoxarifado <sup>175</sup> .
Álvaro Gomes, j	1385	Juiz dos ovençais <sup>176</sup> . Poderá ser o mesmo que aparece como tabelião em 1404-08.
Álvaro Gomes II, t	1404-08	É referido como tabelião presente em actas de vereação <sup>177</sup> .
Álvaro (A)Gosto, t, e	1487-1501	Escudeiro. É referido como tabelião presente em acta de vereação <sup>178</sup> . No livro de receita e despesa é referido um pagamento a Álvaro Agosto, ainda que não refira o ofício <sup>179</sup> . Renúncia em 1501 do ofício de escrivão da correição do Algarve a favor do filho, Gaspar Álvares <sup>180</sup> .
Álvaro Neto, j	1468	Cavaleiro; Juiz ordinário <sup>181</sup> .
Álvaro Rodrigues, t	1468-93	Filho de Rodrigo Eanes, escudeiro, foi tabelião das notas na dita vila e seu termo (1468) <sup>182</sup> ; É referido nos registos da chancelaria um instrumento público num caso que o envolve uma luta de mouros e que teve o perdão régio (1493) <sup>183</sup> . Provavelmente é referido como tendo no livro de receita e despesa do concelho <sup>184</sup> .
Álvaro Rodrigues II, e	1492-93	Referido numa lista da acta de vereação de 30 maio 1492 <sup>185</sup> .
Álvaro Vasques Pimentel, j	1384-85	Juiz da vila de Loulé <sup>186</sup> .
Baltazar de Ouria, e, o, v	1491-94	Escudeiro. Escrivão dos órfãos de Loulé <sup>187</sup> . Ouvidor pela condessa <sup>188</sup> . Vereador do concelho <sup>189</sup> .

169. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 47.

170. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 225.

171. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 119-120.

172. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 160.

173. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 16, 16v.

174. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 1.

175. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fl. 132.

176. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 44.

177. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 157, 164.

178. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 227.

179. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 8.

180. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 46v.

181. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 201 e seguintes.

182. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 64.

183. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 43, fl. 79v-80.

184. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 10v.

185. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 36-43.

186. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, pp. 22-44.

187. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 10, fl. 4.

188. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 116, 142.

189. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 101-135.

Bárbaro Vasques, t, p	ant. 1462	Escudeiro, tabelião do cível e crime na vila de Loulé e seu termo; procurador do número <sup>190</sup> . Renunciou em 1462, ficando João do Adro com o ofício <sup>191</sup> .
Bartolomeu Gonçalves, t	1423-51	Em 1423 recebe 4 reais por um instrumento que escreveu para o concelho <sup>192</sup> . Tabelião e escrivão da comuna dos mouros (1440) <sup>193</sup> . Tem escrivão jurado <sup>194</sup> . Tem um moinho dado em sesmaria (1438) <sup>195</sup> . Em 1450 é enviado com o juiz e cavaleiro Gonçalo de Saria a ir a Faro falar sobre a segurança de el-rei <sup>196</sup> . É também pago por dois instrumentos que faz em 1450, um no valor de 5 reais e outro de 310 reais <sup>197</sup> .
Bento Eanes Aguilhão, t, j, aé	1376- -1404	É referido como tabelião presente em actas de vereação <sup>198</sup> ; será também almotacé <sup>199</sup> e juiz dos órfãos <sup>200</sup> . Poderá ter sido procurador do concelho em 1395 <sup>201</sup> . Em 1397 legitima duas filhas, Maria e Leonor, filhas de Violante Afonso, mulher solteira à época, sendo o tabelião descrito como sendo casado <sup>202</sup> . É-lhe feito um pagamento pelo concelho em 1376 <sup>203</sup> .
Brafame Alquinene, e	1488	Escrivão dos órfãos da comuna dos mouros de Loulé <sup>204</sup> . Referido nos livros de despesa e receita do concelho <sup>205</sup> .
Clemente Domingues, t	1403	É referido como estando presente em actas de vereação, porém, aparece uma só vez e com algo que não é legível à frente do seu nome, pelo que pode não ser tabelião, ainda que a seguir ao seu nome sejam citados tabeliões <sup>206</sup> .
Diogo Afonso, t	1385	Presente como testemunha na acta de 25 maio 1385 <sup>207</sup> .
Diogo Afonso II, e	1450-70	No Livro da Repartição da Fruta (1450) obriga-se a dar 4 cobros de fruta ao concelho por 320 reais brancos que havia recebido <sup>208</sup> . Escreve o Livro de Impostos Extraordinários de 1469 <sup>209</sup> . Presente como testemunha na acta de 11 fevereiro 1470 <sup>210</sup> .

190. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 102.

191. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 97.

192. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 32.

193. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 52v.

194. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 98.

195. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 228 v.

196. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana no Algarve medieval...*, p. 344.

197. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana no Algarve medieval...*, p. 342 e p. 345.

198. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 111, 157.

199. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 82.

200. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, doc. 2, pp. 51-71.

201. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 64.

202. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. II, tomo 2, 1387-1402. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 1030.

203. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 26.

204. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 34, fl. 49.

205. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 13.

206. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 130.

207. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 50.

208. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., p. 93.

209. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livro 2, fl. 1.

210. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 213.

Diogo Álvares, j, r, v	1476-92	Escudeiro del-rei D. João II e Juiz das sisas de Loulé (mantimento de 200 rs. brancos por mês), sucedeu a Martim Vaz no cargo. Recebedor das rendas de Loulé, com o mantimento anual de 4.800 rs <sup>211</sup> . Teve mercê do ofício de vedor em Loulé como até aí o foi por carta de D. João II <sup>212</sup> . Sogro de Diogo de Arouca, que o sucedeu no cargo <sup>213</sup> .	
Diogo Ataíde, j, v	1496	Cavaleiro, juiz dos mouros e dos judeus de Loulé <sup>214</sup> . Vereador do concelho <sup>215</sup> .	
Diogo de Arouca, j, r	1500	Escudeiro de Rui Barreto fidalgo da casa d'el rei, recebeu de mercê do ofício de juiz das sisas e recebedor das sisas, tinha pertencido a Diogo Álvares, seu sogro, que a ele renunciou. Mantimento em cada um ano: 2.400 reais à razão de duzentos reais por mês <sup>216</sup> .	
Diogo Mendes Correia, j, c, pv	1492-96	Cavaleiro da casa d'el rei, juiz ordinário da vila de Loulé <sup>217</sup> e juiz dos resíduos <sup>218</sup> . Contador <sup>219</sup> . Provedor dos órfãos <sup>220</sup> .	
Diogo Nunes Barreto, t, e	1450	Tabelião do cível e crime na vila de Loulé e seu termo e escrivão do mordomado <sup>221</sup> . É referido um pagamento nos livros de receita e despesa a um Diogo Barreto, sem referência a ofício <sup>222</sup> .	
Diogo Rodrigues, t	1384-85	Tabelião, escreve actas de vereação e é testemunha em algumas actas <sup>223</sup> .	
Diogo Viegas, j, o, v	1403-04	Ouvidor, vereador e juiz da vila de Loulé <sup>224</sup> .	
Domingos Gonçalves, t, e	1375-96	Escudeiro. Tabelião, escreve actas de vereação e é testemunha em algumas actas <sup>225</sup> . Escrivão da avaliação dos rendimentos dos moradores de Loulé <sup>226</sup> . Aparece como tendo sido pago por serviços prestados ao concelho (na redacção de documentação) logo em 1375 <sup>227</sup> e como tendo sido pago por escrever uma acta da vereação do concelho <sup>228</sup> .	
Duarte Ataíde, j	1495	Fidalgo e juiz <sup>229</sup> .	
Estêvão Domingues, j	1375	Referido como juiz nos livros de receita e despesa de 1375 <sup>230</sup> .	

211. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Liv. 40, fl. 123-123v.

212. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Liv. 28, fl.31v-32.

213. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Liv. 14, fl. 81v.

214. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 223.

215. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 118, 199, 200.

216. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Liv. 14, fl. 81v.

217. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 117.

218. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 217.

219. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 87, 127, 157, 217, 226.

220. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 217.

221. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 200.

222. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 8.

223. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 19 e seguintes.

224. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 116-159.

225. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 19 e seguintes.

226. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 35.

227. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 18, 18v, 20v.

228. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 23v.

229. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 199, 200.

230. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 2.

Estêvão Eanes, t	1375	É referido como tendo sido pago pelo concelho por um instrumento de quitação que redigiu <sup>231</sup> .
Estêvão Eanes II, e	1450-51	Escrivão da coudelaria referido no Livro de receitas e despesas de 1450-1451 do concelho <sup>232</sup> .
Estêvão Martins (ou Marritz), e	1423	Foi pago pelo concelho por ter escrito alguns documentos <sup>233</sup> .
Esteve Eanes, j	1384-85	Juiz da vila de Loulé <sup>234</sup> .
Fernando Álvares, j	1482-93	Escudeiro e juiz dos órfãos, mouros e judeus <sup>235</sup> .
Fernando Eanes, t	1487-96	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>236</sup> .
Fernando Eanes II, e	1492-93	Escrivão presente nas actas de vereação <sup>237</sup> . Escrivão do almotacé <sup>238</sup> . Escrivão da correição <sup>239</sup> .
Fernando Rodrigues, e	1492	Escrivão do almotacé <sup>240</sup> .
Fernão de Ovanha, j	1450-70	Cavaleiro; Juiz ordinário na dita vila <sup>241</sup> . No Livro da Repartição da Fruta obriga-se a dar 5 cobros de fruta ao concelho por 400 reais brancos que havia recebido <sup>242</sup> . Aparece no Livro de receitas e despesas de 1450-1451 como tendo vendido 7 alqueires de vinho tinto ao concelho por 218,5 reais brancos <sup>243</sup> . A sua mulher aparece no livro 3 das receitas e despesas (séc. XV).
Fernão Domingues, t	Ant. 1376	Referido como tendo sido tabelião e tendo feito documentos anteriores a 1376 <sup>244</sup> .
Fernão Fogaça (fidalgo), j, v	1489-1505	Fidalgo e cavaleiro da casa d'el rei e Juiz ordinário na dita vila <sup>245</sup> . É confirmada a autorização dada por D. João II para nos arrabaldes da vila de Loulé poder construir um forno. Inserido alvará de D. João II (1489). Recebeu de mercê, de Janeiro de 1505 em diante, 2.540 rs. dos foros de certas casas e vinhas que aí se arrecadavam <sup>246</sup> . Vereador do concelho <sup>247</sup> .
Fernão Gonçalves, t	1468	Tabelião das notas na vila de Loulé e seu termo <sup>248</sup> .

231. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 25.

232. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 335.

233. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 3v e fl. 32.

234. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 20-46.

235. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, doc. 9, pp. 111-124.

236. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 227.

237. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 122.

238. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 40.

239. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 66.

240. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 39.

241. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 213-214.

242. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., p. 98.

243. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana ...*, p. 338.

244. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 25v.

245. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 40.

246. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Liv. 20, fl. 23.

247. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 188-233.

248. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 79v.

Fernão Lourenço, e	1413-25	Escreve nos livros de receita e despesa do concelho em loge de Vasco Fernandes <sup>249</sup> , de João Gonçalves <sup>250</sup> e de João Afonso <sup>251</sup> . Intitula-se escrivão da câmara do concelho em 1419 <sup>252</sup> . Foi escrivão dos órfãos <sup>253</sup> . Nos livros de receitas e despesas são várias vezes referidos pagamentos que foram feitos da sua pensão <sup>254</sup> . Em 1423 é vedor da fruta com Gonçalo Afonso Calvo <sup>255</sup> e escrivão das obras do concelho <sup>256</sup> .
Fernão Rodrigues, t	1487	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>257</sup> .
Fernão Rodrigues II, e	1488-93	Escrivão das sisas perante o ouvidor <sup>258</sup> . Surge a escrever uma cédula num processo cível <sup>259</sup> .
Filipe Dias, e	ant. 1464	Escudeiro; escrivão, renunciou o cargo para o filho Lopo Dias <sup>260</sup> .
Francisco Caeiro, e		Escrivão dos órfãos <sup>261</sup> .
Francisco D'Arca, j, v	1495-96	Fidalgo, cavaleiro e juiz ordinário <sup>262</sup> . Vereador do concelho <sup>263</sup> .
Garcia Rodrigues, e	1498-99	Recebeu de mercê o ofício de escrivão das sisas da vila de Loulé, assim como foi João Rodrigues, seu pai, que o dito ofício tinha e renunciou a seu favor. Mantimento em cada um ano: 55 reais e um preto por milheiro do que as ditas rendas renderem, até chegar à quantia de 1.000 reais <sup>264</sup> . É citado como presente num processo cível <sup>265</sup> .
Gil de Tayde, j	1468	Cavaleiro; Fidalgo; Juiz ordinário da vila e seu termo <sup>266</sup> .
Gil Eanes, e, c	ant. 1463	Escrivão da Chancelaria da comarca e correição do Algarve. Contador e distribuidor da comarca, foi substituído em 1463, aquando a sua morte, por João Neto <sup>267</sup> .
Gomes Esteves, e	1439	Escrivão da comarca <sup>268</sup> ; escrivão dos órfãos, mouros e judeus <sup>269</sup> ; amo de Lourenço de Faria.
Gomes Vasques, e	1450	Escrivão referido no Livro de receitas e despesas de 1450-1451 como tendo recebido 15 reais brancos por ter escrito uma carta testemunhável <sup>270</sup> .

249. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1412-1414*, fl. 3 e livro 6, fl. 2.

250. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 14v e fl. 27.

251. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 46v.

252. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1413-1419*, fl. 3v.

253. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, doc. 4, pp. 82-85.

254. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 14, 14v, 27, 37.

255. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 13 e fl. 31.

256. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 37.

257. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 225 e seguintes.

258. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 49.

259. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Processos cíveis*, liv. 2, fl. 8.

260. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 123.

261. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

262. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 207.

263. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 188-233.

264. ANTT, *Chancelaria D. Manuel I*, Liv. 14, fl. 68v.

265. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Processos cíveis*, liv. 3, fl. 1v.

266. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 203 e seguintes.

267. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 22.

268. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 22.

269. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 43.

270. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 346.

Gonçalo Afonso Calvo, j, p	1402-23	Escudeiro; procurador do concelho <sup>271</sup> ; juiz dos órfãos <sup>272</sup> . Surge nos Livros 5 e 6 de receitas e despesas a despachar contas com o escrivão Vasco Fernandes <sup>273</sup> . Foi vedor da fruta em conjunto com o escrivão Fernão Lourenço <sup>274</sup> .
Gonçalo Caeiro, t, e, j, ch	1484-1518	Escudeiro real, escrivão, escrivão do almotacé <sup>275</sup> , escrivão da câmara de Loulé e dos órfãos a partir de 1493 <sup>276</sup> , confirmado chanceler da comarca e correição do reino do Algarve (1484) <sup>277</sup> . Tabelião de Loulé a partir, pelo menos, de 1487 <sup>278</sup> , a servir o ofício de juiz dos órfãos a partir de 1496 <sup>279</sup> . Foi enviado pelo concelho a vários sítios para resolver problemas (inclusive à corte), pelo que lhe valeu a reeleição para escrivão da câmara, pelos bons serviços <sup>280</sup> . É confirmado chanceler da comarca e correição do reino do Algarve (1497) <sup>281</sup> . Foi confirmado promotor da justiça da comarca e correição do reino do Algarve (1497) <sup>282</sup> . Foi depois destituído do cargo porque cometeu erros: tinha de mantimento em cada ano 2.174 reais e levava 5.774 e assim roubava 3.600 reais por ano <sup>283</sup> . Em carta de 1500 é novamente nomeado escrivão da câmara, onde é indicado que desempenharia o ofício sem do mesmo cobrar proventos <sup>284</sup> . Em 1501 ainda desempenhava o ofício de tabelião, pois há um instrumento feito por ele a 15 de setembro de 1501 <sup>285</sup> . Em 1502 é-lhe dada licença para que possa fazer um forno de cozer pão de poia, pagando 120 reais de foro anualmente, à fazenda régia <sup>286</sup> . Foi morador em Tânger <sup>287</sup> . Tinha um filho, Simão Caeiro, cavaleiro da casa d'el rei, que teve como mercê o cargo de Chanceler e Promotor da Justiça da Comarca e Correição do reino do Algarve (1503) <sup>288</sup> . Em 1518 vende a Roque Caeiro (filho?) o ofício de escrivão dos órfãos <sup>289</sup> , sendo que tinha licença régia para vender os ofícios de escrivão dos órfãos e de tabelião das Notas (que vende a Lourenço Fernandes) <sup>290</sup> .

271. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 80.

272. MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

273. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1412-1414*, fl. 1.

274. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fls. 13 e 31.

275. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 39.

276. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 88 e seguintes.

277. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 44v-45.

278. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 110.

279. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 104.

280. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 119-123.

281. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 44v.

282. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 45.

283. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 40-40v.

284. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 12, fl. 25v-26.

285. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 46v.

286. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 63-63v.

287. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 45.

288. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 18v.

289. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 28.

290. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 28v.

Gonçalo da Costa, j	1423	Referido como juiz nos livros de receita e despesa do concelho <sup>291</sup> .
Gonçalo de Saria, j	1433-51	Criado do Infante D. Henrique, juiz dos órfãos, mouros e judeus <sup>292</sup> . No Livro da Repartição da Fruta vendeu 15 quintais de figos ao concelho <sup>293</sup> . É referido no Livro de receitas e despesas de 1450-1451 de Receitas e despesas do concelho por ter ido a Faro falar sobre a segurança do rei e ter sido pago por isso <sup>294</sup> .
Gonçalo Gomes, t	1402	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>295</sup> .
Gonçalo Gonçalves, t, e	1376-1412	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>296</sup> . Nas chancelarias de D. João I é referido (e confirmado) um documento elaborado por este tabelião, um aforamento, em 1412 <sup>297</sup> . É também referido em 1376 no livros de receitas e despesas como tendo feito um instrumento público <sup>298</sup> e como tendo sido pago pelo trabalho de “medir” o pão <sup>299</sup> , entre outros documentos. Há uma referência também a um pagamento a Gonçalo Gonçalves escrivão, provavelmente é este tabelião <sup>300</sup> .
Gonçalo Nunes Barreto, t	1408-16	Cavaleiro; Tabelião presente nas actas de vereação <sup>301</sup> . Tinha um filho, Nuno Barreto <sup>302</sup> . É-lhe feita a doação de foros pelo rei, no valor de 4119 libras/ano <sup>303</sup> .
Gonçalo Rodrigues, j	1492	Juiz dos agravos <sup>304</sup> .
Gonçalo Vasques, j	1376	Juiz em logo de Afonso Martins <sup>305</sup> .
Gonçalo Vasques II, t	1384-1403	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>306</sup> .
Gonçalo Vasques do Quintal, e	1495	Escudeiro. Escrivão da confraria de Sta. Maria de Loulé <sup>307</sup> .
Gonçalo Vicente, t	1403	É referido como tabelião presente em actas de vereação <sup>308</sup> .
João Adães, t, v, aé	1402-08	É referido como almotacé <sup>309</sup> e como tabelião presente em actas de vereação e vereador <sup>310</sup> .

291. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 1.

292. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

293. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., p. 91.

294. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 338.

295. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 77.

296. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 19 e seguintes.

297. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. III, tomo 3, 1410-1418*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 1042.

298. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. soltos 1.

299. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 13v.

300. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 17.

301. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 194 e seguintes.

302. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 235.

303. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. III, tomo 3, 1410-1418*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 1173.

304. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 50-53.

305. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 27.

306. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 22-42 e 111-142.

307. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 189.

308. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 141.

309. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 81.

310. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 157, 164.

João Afonso, t, e	1375-1409	Surge como tendo escrito uma sentença dada ao concelho em 1375, pela qual é pago <sup>311</sup> . Tabelião do rei em Loulé <sup>312</sup> , designa-se na acta de 03/06/1392 como escrivão do concelho (a única designação de escrivão de concelho que encontramos nas Actas de vereação) <sup>313</sup> . É referido no livro de receita e despesa de 1382 como tendo feito um instrumento público para o procurado do concelho <sup>314</sup> .
João Afonso II, e	1402-25	Escrivão presente nas actas de vereação <sup>315</sup> . Possivelmente é o escrivão da câmara que Fernão Loureço substitui <sup>316</sup> .
João Afonso Carvalho, t, i, c, aé, p, v	1402-1408	Almotacé <sup>317</sup> ; procurador do concelho <sup>318</sup> ; vereador <sup>319</sup> ; tabelião do cível e crime na vila de Loulé e seu termo; cargo de inquiridor e contador dos feitos; Escudeiro do Infante D. Fernando <sup>320</sup> .
João Afonso de Aver, t	1408	É referido como tabelião presente em actas de vereação <sup>321</sup> .
João Álvares, t	1454	Tabelião das notas. Pai de João Rodrigues Monteiro, que o matou <sup>322</sup> .
João Álvares II, e	1463	Escrivão da coudelaria nessa vila e seu termo <sup>323</sup> .
João Bentes, j	1385	Juiz dos órfãos <sup>324</sup> .
João Cavallo, j, a, q	1492	Juiz, alcaide <sup>325</sup> e quadrilheiro <sup>326</sup> .
João Cea(?), t	Ant. 1410	No juízo dos órfãos há um processo sobre os seus filhos <sup>327</sup> .
João da Costa, j	1375	Juiz citado no Livro de Receitas e Despesas <sup>328</sup> .
João da Maia, e	1376	Clérigo e escrivão pago por documento que escreveu <sup>329</sup> .
João d'Aragão, j, v	1494-97	Fidalgo. Cavaleiro da casa d'el rei e juiz ordinário da vila de Loulé <sup>330</sup> . Vereador do concelho <sup>331</sup> .

311. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 21.

312. ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 8, n.º 753.

313. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 53-54.

314. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1381-1382*, fl. 4v.

315. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 112, 168.

316. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 46v.

317. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 81 e 119.

318. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 174.

319. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 136.

320. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 194-196.

321. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 164.

322. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 118v.

323. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 121.

324. MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

325. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 36.

326. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 164.

327. MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, doc. 1, pp. 19-50.

328. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 20.

329. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 26.

330. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 147-233.

331. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 147-233.

João (Rodrigues) de Ataíde, j, v, ch	1488-95	Fidalgo e cavaleiro da casa d'el rei, poderá ter sido chanceler do concelho (deixa dúvidas devido à denominação em acta) <sup>332</sup> , vereador <sup>333</sup> e juiz ordinário da vila de Loulé <sup>334</sup> . Surge como juiz num processo cível de 1488 <sup>335</sup> .
João de Corvinas, j, aé	1407-08	Almotacé <sup>336</sup> ; Juiz dos órfãos <sup>337</sup> .
João de Sousa, o velho, t	1450-88	No Livro da Repartição da Fruta obriga-se a dar 10 cobros de fruta ao concelho por 800 reais brancos que havia recebido <sup>338</sup> . Foi tabelião das notas de Loulé, tendo renunciado ao cargo, que foi atribuído a Álvaro Rodrigues <sup>339</sup> . Tem posteriormente um privilégio régio em que pode ainda assinar escrituras feitas por outros <sup>340</sup> . Poderá ser o mesmo que é vereador em 1488 <sup>341</sup> . É referido nos livros de receita e despesa do concelho <sup>342</sup> . No Livro de receitas e despesas de 1450-1451 das receitas e despesas ficamos a saber que mora junto a um azinhal que pertence ao concelho <sup>343</sup> . Aparece numa acta de vereação de 1487, pela última vez <sup>344</sup> .
João do Adro, t, i	1462	Tabelião do cível e crime na vila e seu termo, em substituição de Bárbaro Vasques, que renunciara <sup>345</sup> . Foi inquiridor e contador dos feitos da vila e seu termo, em substituição de Bartolomeu Gonçalves, que renunciara <sup>346</sup> . Familiar do escrivão da coudelaria Álvaro do Adro (pai?)
João Domingues, j	1394-96	Juiz geral da vila de Loulé <sup>347</sup> .
João Eanes Pica, t, o, ax	1403-16	A primeira referência que surge a este nome é numa acta de 1403, ainda que riscada a informação, referindo-o como almoxarife <sup>348</sup> . Sabemos por um documento da chancelaria de D. João I que em 1416 continua a ser almoxarife <sup>349</sup> . Foi ouvidor em logo de Martim Vicente <sup>350</sup> . Tabelião presente nas actas de vereação <sup>351</sup> . Nos livros de receita e despesa fala de um João Pica em 1375 como tendo feito uma procuração, podendo ser o mesmo <sup>352</sup> .



332. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 101.
333. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 227-257.
334. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 89-217.
335. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Processos cíveis*, liv. 2, fl. 8.
336. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 162, 191.
337. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.
338. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450” ..., p. 95 e 97.
339. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 64.
340. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 65.
341. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 259.
342. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 13.
343. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 327.
344. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 237.
345. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 97.
346. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 97.
347. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 63-72.
348. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 139 (nota de rodapé nº 288).
349. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. III, tomo 3, 1410-1418*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 1173.
350. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 161.
351. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 164.
352. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 2.

João Esteves, t	1402	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>353</sup> . O mesmo que é juiz dos órfãos em 1406-07?
João Esteves II, j	1406-07	Juiz dos órfãos <sup>354</sup> .
João Esteves “Pão e Água”, t	1403	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>355</sup> . Pode ser o mesmo João Esteves de 1402.
João Fernandes, j	1403	Juiz dos órfãos <sup>356</sup> .
João Gamanho, t	1412	Surge como testemunha num registo de despesas <sup>357</sup> .
João Gomes, e	1450	Surge no livro de receitas e despesas de 1480 como tendo sido pago em 45 reais por ter escrito uma carta ao concelho <sup>358</sup> .
João Gonçalves, t	1375-96	Aparece em 1375 a receber um pagamento pelas ordenações que escreveu por mando do ouvidor e juizes <sup>359</sup> . Tabelião presente nas actas de vereação <sup>360</sup> .
João Gonçalves II, e	1402-24	Escrivão presente nas actas de vereação <sup>361</sup> , é designado escrivão da câmara onde está descrito parte do pagamento anual que receberia de pensão <sup>362</sup> e está registado no Tombo do escrivão do concelho que deveria receber anualmente 600 reais <sup>363</sup> pelo serviço na escrivania do concelho. É frequentemente substituído entre 1423-24 por Fernão Lourenço.
João Gonçalves Monta, j	1492-93	Juiz ordinário na dita vila e cavaleiro da casa d’el rei <sup>364</sup> . É referido como adueiro de vacas em 1493 <sup>365</sup> .
João Martins, t	1395-1408	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>366</sup> .
João Mendes, t	1396	É referido por ser citado o seu neto: “Vasco Eanes neto de João Mendes tabelião”, o que causa algumas dúvidas sobre se João Mendes era realmente tabelião, ou apenas avô de Vasco Eanes (mais tarde apelidado Vasco Eanes Neto), este sim escrivão e tabelião <sup>367</sup> .
João Miguéis, t, e	1472-87	Tabelião, escrivão do almoxarifado da dita vila <sup>368</sup> .
João Neto, e, c	1463	Escudeiro. Escrivão da Chancelaria da comarca e correição do Algarve, contador e distribuidor da comarca, em substituição de Gil Eanes, que morrera <sup>369</sup> .
João Privado, j, o	1493-94	Ouvidor pelo conde da vila; escudeiro e juiz ordinário

353. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 102.

354. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

355. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 141.

356. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

357. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1412-1414*, fl. 4.

358. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 342.

359. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 25.

360. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 24 e seguintes.

361. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 112.

362. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 14.

363. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 27.

364. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 47-82.

365. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 125.

366. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 64 e seguintes.

367. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 72.

368. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 117.

369. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 22.

João Rodrigues, e	1483-1499	Escrivão das sisas. Surge no Livro 9 das receitas e despesas do concelho a ser pago por documentos que redige em 1483 <sup>370</sup> . Tem dois filhos, um João Rodrigues e outro Garcia Rodrigues, para quem renunciou o ofício em 1499 <sup>371</sup> . Escrivão da câmara por ausência de Gonçalo Caeiro <sup>372</sup> .
João Rodrigues II, o moço, e	1493-94	Escrivão dante o ouvidor da condessa <sup>373</sup> .
João Rodrigues Monteiro, t, j, p	1468-1514	Escudeiro. Filho do tabelião João Álvares (que substitui no ofício). Aparece no livro de Impostos extraordinários como tendo de pagar 28 reais para a ajuda ao casamento do rei de Castela, em 1469 <sup>374</sup> . Tabelião das notas na vila de Loulé e seu termo <sup>375</sup> ; procurador de todos os feitos e demandas (1471) <sup>376</sup> ; será Juiz das sisas (1482) <sup>377</sup> . Provavelmente é o tabelião referido em 1383 como tendo recebido 190 reais brancos do concelho em 1483 <sup>378</sup> . Recebeu de mercê o ofício de Procurador do Número (1514) <sup>379</sup> .
João Roque, e	1495	Escrivão das sisas de Loulé <sup>380</sup> .
Jorge Caeiro, t	1487	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>381</sup>
Jufez Alquinene, e	1482	Escrivão da mouraria de Loulé <sup>382</sup> .
Lopo Dias, j	1392	Juiz por el rei na vila de Loulé <sup>383</sup> .
Lopo Dias II, e	1464-95	Escrivão da correição. Recebeu o seu ofício por renuncia do pai, o escrivão Filipe Dias <sup>384</sup> . Escreve também actas da vereação em lugar de Rui Dias, escrivão da câmara <sup>385</sup> . Surge a escrever um documento de um processo cível em 1488 <sup>386</sup> .
Lopo Esteves de Saria, t, j, p	1384-1452	Escudeiro, cavaleiro, chanceler, tabelião e juiz em Loulé (1452) <sup>387</sup> . Foi também avaliador dos rendimentos de Loulé <sup>388</sup> e procurador do concelho nas cortes de Coimbra de 1384 <sup>389</sup> . Foi eleito para sua guarda e encomenda pela comuna dos mouros forros de Loulé em 1396 <sup>390</sup> .

370. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 11v e fl. 19.

371. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 68v.

372. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 150.

373. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 84-142.

374. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livro 2, fl. 7.

375. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 75v.

376. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 117v.

377. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 41.

378. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 12.

379. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 86v.

380. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 188.

381. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 227.

382. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 38.

383. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 54.

384. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 123.

385. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 216.

386. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Processos cíveis*, liv. 2, fl. 7v.

387. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...* e MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI*, p. 11.

388. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV*, p. 49.

389. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 21.

390. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 2, 1387-1402*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 997.

Lourenço Afonso, j	1381-85	Juiz da vila de Loulé presente nas actas da vereação <sup>391</sup> e referido no livros de receita e despesa <sup>392</sup> .
Lourenço Afonso II, t	1404	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>393</sup> .
Lourenço Eanes, j	1375	Juiz que foi enviado a Faro e Tavira <sup>394</sup> .
Lourenço Eanes, o moço, t, j	1403-1408	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>395</sup> e juiz geral da vila <sup>396</sup> .
Lourenço Eanes Pica, t, aé	1402-08	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>397</sup> . Almotacé <sup>398</sup> .
Lourenço Velho, e, j, v	1494-1503	Escudeiro. Escrivão da coudelaria da dita vila e seu termo (1496) <sup>399</sup> , juiz dos órfãos <sup>400</sup> . Vereador do concelho <sup>401</sup> .
Luís Afonso, t, e	1492-1501	Escudeiro. Na chancelaria consta a referência a um instrumento feito e assinado por Luís Afonso, tabelião em Loulé, aos 10 de Novembro de 1501 <sup>402</sup> . Escrivão do almotacé <sup>403</sup> e da correição <sup>404</sup> .
Luís Eanes, t, j, v	1402-1415	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>405</sup> . Poderá ser vereador em 1402 e juiz a substituir mestre Martinho <sup>406</sup> .
Luís Esteves, t	1403-04	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>407</sup> .
Mafamede Baboso, e	1488-1496	Escrivão da comarca da comuna judeus Loulé <sup>408</sup> .
Martim Afonso, t	1402	Tabelião presente nas actas de vereação. O mesmo que é juiz dos órfãos em 1403?
Martim Afonso II, j	1403	Juiz dos órfãos <sup>409</sup> .
Martim Daniel, j, aé, v	1385-94	Almotacé <sup>410</sup> ; vereador <sup>411</sup> ; juiz dos ovençais <sup>412</sup> .
Martim Eanes, e	1494	Escrivão da câmara <sup>413</sup> .

391. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...* pp. 44-50.

392. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1381-1382*, fl. 2.

393. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 157.

394. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 18.

395. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 164.

396. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, pp. 116-151.

397. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 227.

398. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 191.

399. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 32.

400. MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

401. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 115-201.

402. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 123v.

403. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 39-40.

404. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 66.

405. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 77, 157.

406. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 111.

407. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 124, 157.

408. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 15, fl. 86.

409. MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

410. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 45.

411. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 58.

412. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV...*, p. 44.

413. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 149.

Martim Eanes Maton, t, aé, v	1385	Almotacé <sup>414</sup> ; vereador <sup>415</sup> ; tabelião presente nas actas de vereação <sup>416</sup> .
Martim Lourenço, e	1450-63	Escrivão do almoxarifado, portagem, judiaria e do relego da vila de Loulé, adoeceu em 1463 e foi substituído por Afonso Alrua <sup>417</sup> . É referido na década de 50 no livro de receitas e despesas, nomeadamente por ter recebido 8 reais brancos por ter escrito uma carta de quitação <sup>418</sup> .
Martim Ribeiro, t, j, i, v	1487-96	Escudeiro, cavaleiro, criado Duque de Loulé e juiz dos órfãos <sup>419</sup> . Tabelião do cível e crime <sup>420</sup> , inquiridor do número e contador dos feitos na dita vila e seu termo. Vereador do concelho <sup>421</sup> . Surge como juiz num processo cível em 1488 <sup>422</sup> .
Martim Vaz, j	ant. 1476	Juiz das sisas de Loulé <sup>423</sup> .
Mem Gonçalves, t, i	1476-80	Tabelião geral do reino do Algarve e de Além-Mar em substituição de Pero Girão, que morrera (1476); criado do conde de Loulé <sup>424</sup> .
Mem Ribeiro, j, p	1468-97	Juiz dos órfãos, escudeiro <sup>425</sup> , criado do infante D. Henrique <sup>426</sup> . Procurador do concelho <sup>427</sup> .
Mem Rodrigues, t, e, p	1480-95	Escudeiro. Tabelião do cível e crime, inquiridor do número e contador dos feitos na dita vila e seu termo por renuncia Rui Gomes (1480) <sup>428</sup> ; tabelião das notas na dita vila e seu termo por renuncia de João Rodrigues Monteiro(1480) <sup>429</sup> . É pago em 1383 pelo concelho em 20 reais para escrever uns capítulos <sup>430</sup> . Escrivão do almotacé <sup>431</sup> e da correição <sup>432</sup> . Procurador do concelho para ir à corte d'el rei (1487-88) <sup>433</sup> . Quadrilheiro da vintena de Boliqueime, irmão de João Luís da mesma quadrilha <sup>434</sup> . É referido um pagamento feito a um Mem Rodrigues, sem referir ofício, mas que poderá ser este <sup>435</sup> .
Mendo Rodrigues, t, e	1482	Tabelião de Loulé e escrivão das sisas <sup>436</sup> .



414. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 45.
415. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 50.
416. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 30, 35.
417. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 150.
418. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana ...*, p. 336 e 344.
419. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.
420. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 227-234.
421. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 35-233.
422. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, Processos cíveis, liv. 2, fl. 6.
423. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 123-123v.
424. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 5.
425. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.
426. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 233.
427. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 207, 208.
428. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 30.
429. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 30.
430. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 16v.
431. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, pp. 38-40.
432. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 66.
433. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 242-258.
434. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 176.
435. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 8.
436. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 30.

mestre Martinho, j	1411-12	Juiz ordinário e juiz dos órfãos <sup>437</sup> .
Nuno Esteves, t, e	1492	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>438</sup> .
Paio Gonçalves, t, tx	1385	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>439</sup> ; tacheiro-escrivão das rendas dos moradores de Loulé <sup>440</sup> .
Pedro Álvares, j	1492	Juiz dos agravos <sup>441</sup> .
Pedro Esteves, t	1408	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>442</sup> .
Pedro Esteves II, e	1450	Escrivão do mordomado <sup>443</sup> .
Pedro Esteves III, t	1450-51	Tabelião referido como tendo feito um traslado de uma inquirição sobre um fogo em Quarteira e ter sido pago pelo concelho por uma mão de papel em 14 reais brancos <sup>444</sup> .
Pero Esteves, t, e	1394-1415	Tabelião presente nas actas de vereação. Escrivão do almoxarife <sup>445</sup> . É referido como tendo feito um instrumento para o concelho em 1415 <sup>446</sup> .
Pero Garcia Ferrador, e	1469	Escrivão responsável pelo livro 1 de Impostos Extraordinários <sup>447</sup> . No mesmo livro é referido que o próprio escrivão voltara a casar e a ser avaliado em uma casa e a pagar 70 reais para ajuda ao casamento do rei de Castela <sup>448</sup> .
Pero Martins, t	1402	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>449</sup> .
Rodrigo Eanes Monteiro, j, o	1468-82	Juiz dos órfãos, mouros e judeus; ouvidor <sup>450</sup> .
Roque Caeiro, e	1518	Escudeiro da casa d'el-rei. Escrivão dos órfãos, como o era Gonçalo Caeiro, que lhe vendeu com licença <sup>451</sup> .
Rui de Viana, e	1468	Escrivão (mas pode não ser de Loulé) <sup>452</sup> .

437. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, doc. 2, pp. 51-71.

438. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...2004*, p. 54.

439. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 32 e seguintes.

440. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 35.

441. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 48.

442. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 58 e seguintes.

443. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 200.

444. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 337.

445. MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 3 1391-1407*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 1119.

446. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1413-1419*, fl. 3.

447. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livro 1, fl. 1.

448. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livro 1, fl. 8.

449. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 91.

450. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

451. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 38, fl. 28.

452. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, doc. 6, pp. 91-99.

Rui Dias, t, e, p	1444-84	<p>Tabelião das notas (1444-84)<sup>453</sup>, escrivão da coudelaria (anterior a 1463)<sup>454</sup>, escrivão da câmara<sup>455</sup>, procurador do número (1471)<sup>456</sup>, escrivão dos órfãos (1482)<sup>457</sup>. Referido nos livros de receita e despesa<sup>458</sup>. Escreveu o Livro da Repartição da Fruta de Loulé de 1450<sup>459</sup>. No mesmo livro obriga-se a dar 2 seiras de passas ao concelho por 80 reais brancos que havia recebido<sup>460</sup>. Escreve o Livro de receitas e despesas de 1450-1451 de receitas e despesas do concelho, mas nunca se intitula escrivão do concelho. Nesse livro recebe a primeira terça da pensão que o concelho lhe teria de dar no valor total de 1500 reais brancos<sup>461</sup>. No mesmo Livro de receitas e despesas de 1450-1451 o escrivão é pago no valor de 40 reais e 20 reais por ter ido a Faro tratar de assuntos do concelho<sup>462</sup>. No livro 1 de Impostos extraordinário aparece como tendo ficado com os bens de um Gonçalo Gomes, finado<sup>463</sup>. Escreve os livros de impostos extraordinários de 1474 e 1479<sup>464</sup>. Volta a aparecer no livro de Receitas e Despesas de 1483, onde é referido que ganharia de pensão anual 2500 reais<sup>465</sup>. Ao longo do livro aparece a ser pago por deslocações a Faro, por despesas variadas e por documentação que produz<sup>466</sup>.</p>
Rui Gascão, t, aé	1402-04	Almotacé <sup>467</sup> ; Tabelião presente nas actas de vereação <sup>468</sup> .
Rui Gomes, t, aé, v	1385-1402	Almotacé <sup>469</sup> ; poderá ser o vereador presente em algumas reuniões em 1384-85 <sup>470</sup> ; Tabelião presente nas actas de vereação <sup>471</sup> .
Rui Gomes II, t	1468	Tabelião do crime e cível na vila de Loulé e seu termo, fica com o ofício do pai, o tabelião Vasco Gonçalves II; era criado do deão de Silves <sup>472</sup> .



453. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 50v e ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 44v-45.

454. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 121.

455. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 199-222, pp. 250-253.

456. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 15.

457. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 142 e MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

458. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas*, liv. 3, fl. 17.

459. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., p. 91.

460. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450”..., p. 91.

461. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 327, 333.

462. BOTÃO, Maria de Fátima – *A Construção de uma identidade urbana...*, p. 342.

463. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livro 1, fl. 4.

464. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livros 3, 4 e 5.

465. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 8.

466. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1483*, fl. 18v e 20v.

467. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 82.

468. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 157.

469. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 45 e 82.

470. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 20-44.

471. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 77.

472. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 8.

Rui Lopes (de Saria, Soria, Sárria), t, j, e	1402-1411	Tabelião do cível e crime da vila de Loulé e seu termo; escrivão da renda do mordomado de Loulé, juiz ordinário e juiz dos órfãos <sup>473</sup> .
Rui Lourenço (de Saria), j	1450-94	Cavaleiro e juiz ordinário da vila de Loulé <sup>474</sup> . É referido como juiz logo em 1450, no Livro de receitas e despesas de 1450-1451 <sup>475</sup> .
Rui Vasques, t, e	1450-62	Tabelião do cível e crime da vila de Loulé e seu termo; escrivão da renda do mordomado de Loulé; escudeiro de Gil de Ataíde; sogro do tabelião Vasco Afonso (Miguéis), a quem passou o ofício em 1462 <sup>476</sup> . No Livro da Repartição da Fruta obriga-se a dar 10 cobros de fruta ao concelho por 800 reais brancos que havia recebido <sup>477</sup> .
Soeiro Mendes, e	1488-1512	Escrivão da correição <sup>478</sup> . Cavaleiro da Casa Real, teve privilégio de espingardeiro, pelo qual dois dos seus caseiros, que lavrarem e cuidarem dos seus casais de cabeça de Câmara com montes, quintas e vinheiros situadas no termo da vila de Loulé, sejam escusos, entre outras obrigações, dos ofícios e encargos do Concelho <sup>479</sup> . Escreve um processo cível em 1498 <sup>480</sup> .
Vasco Afonso, t, e	1385-87	Tabelião e escrivão da câmara <sup>481</sup> .
Vasco Afonso Carvalho, t, j, aé, p	1402-13	Almotacé <sup>482</sup> ; Tabelião presente nas actas de vereação <sup>483</sup> . Juiz das sisas <sup>484</sup> . Aparece como procurador que fez um pagamento nos livros de receita e despesa em 1413 <sup>485</sup> .
Vasco Afonso (Miguéis), t, e, v, p	1462-98	Escudeiro. Escrivão da câmara <sup>486</sup> , escrivão da renda do mordomado <sup>487</sup> , escrivão das sisas <sup>488</sup> e tabelião do cível e crime da vila de Loulé e seu termo, ofício que recebeu do sogro, o tabelião Rui Vasques <sup>489</sup> . Vereador do concelho <sup>490</sup> . Surge a última vez no processo de justiça de 1498, em que é procurador do concelho <sup>491</sup> .
Vasco Cavaleiro, t	1385	Tabelião presente nas actas de vereação.

473. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 174-175 e MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

474. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 101.

475. BOTÃO, Maria de Fátima - *A Construção de uma identidade urbana ...*, p. 340.

476. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 111.

477. DUARTE, Luís Miguel - "O 'Livro da Repartição da Fruta' de Loulé de 1450...", p. 91.

478. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 18, fl. 123 e SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 66.

479. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 1.

480. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, Processos cíveis, liv. 3, fls. 1v e 6v.

481. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 223 e seguintes.

482. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 81, 119.

483. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 157, 164.

484. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 158, 159.

485. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1413-1419*, fl. 2v.

486. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 227 e seguintes.

487. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl.112.

488. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 35.

489. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl.111.

490. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV...*, p. 52.

491. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, Processos cíveis, livro 3, fl. 1v.

Vasco Dias, e	1479	Escreve parte do livro de Impostos Extraordinários de 1479, sendo denominado de escrivão das avaliações <sup>492</sup> .
Vasco Eanes (o velho?), t, e	1375-1409	Tabelião e escrivão dos órfãos <sup>493</sup> (? - pode ser outro Vasco Eanes). Tem um escrivão, Afonso Vasques (filho?). Escreveu um instrumento de afronta e requerimento e é pago por isso pelo concelho <sup>494</sup> . Escreve nos livros de receita e despesa em 1381, intitulado-se escrivão e tabelião <sup>495</sup> , pelo que poderá ter sido escrivão do concelho, ainda que não se intitule desta forma.
Vasco Eanes de Marvão, t	1392-94	Tabelião que escreve actas de vereação <sup>496</sup> .
Vasco Eanes “Mil libras”, t	1408	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>497</sup> .
Vasco Eanes Neto, t, e	1391-1423	Tabelião e escrivão que escreve actas de vereação <sup>498</sup> . Há um documento da mesma cronologia em que como testemunha é dado um Vasco Eanes Neto, clérigo, podendo ser o mesmo <sup>499</sup> . Em 1412 é referido como testemunha de um registo de despesa <sup>500</sup> e em 1423 há registos do pagamento que teria recebido de fazer uma procuração para o concelho, no valor de 20 reais <sup>501</sup> .
Vasco Esteves, t, e	1402-1423	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>502</sup> ; escrivão da correição <sup>503</sup> . Há uma legitimação de um filho de um Vasco Esteves, tabelião em Loulé em 1422, poderá ser este. O filho chamava-se Álvaro Vasques e a mãe, solteira à época do nascimento, Catalina Eanes <sup>504</sup> . Aparece no livro de Receitas e Despesas de 1423-1425 do concelho, onde é pago em 70 reais pelo traslado de uma inquirição <sup>505</sup> .
Vasco Esteves II, j	1410-1411	Juiz dos órfãos <sup>506</sup> .
Vasco Fernandes, t	1384-96	Tabelião presente nas reuniões da vereação <sup>507</sup> ; será o mesmo que é escrivão em 1408?
Vasco Fernandes II, e	1375-76	Escrivão do concelho em 1375 <sup>508</sup> , onde faz os registos de receitas e despesas do concelho.

492. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Impostos Extraordinários*, livro 4, fls. 5 e 8.

493. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

494. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 22.

495. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1381-1382*, fl. 3v, 4, 5 e 5v.

496. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 61.

497. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 164.

498. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 70 e seguintes.

499. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 103.

500. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1412-1414*, fl. 4.

501. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 32.

502. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 111.

503. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 130.

504. MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) – *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. IV, tomo 1, 1410-1425*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 271.

505. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1423-1425*, fl. 32.

506. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

507. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 19-52.

508. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 7v.

Vasco Fernandes III, e	1403-14	Escreve no livro de receitas e despesas em 1403 e 1404 <sup>509</sup> , sendo que pela grafia não parece ser o escrivão do concelho de 1375/76 com o mesmo nome. Dado por escrivão publico em 1408? <sup>510</sup> . Aparece a escrever receitas e despesas novamente em 1412 e quando não está é substituído por Fernão Lourenço, escrivão da câmara <sup>511</sup> .
Vasco Gonçalves, t	1454	Tabelião das notas <sup>512</sup> .
Vasco Gonçalves II, t	ant. 1468	Tabelião do cível e crime da vila de Loulé e seu termo; foi pai do tabelião Rui Gomes, que fica com o seu ofício <sup>513</sup> .
Vasco Gonçalves Mascarenhas, j, v	1487-88	Escudeiro; vereador <sup>514</sup> ; juiz por el rei na vila de Loulé <sup>515</sup> .
Vasco Lourenço, t, e	1402-03	Tabelião presente nas actas de vereação <sup>516</sup> e escrivão da correição <sup>517</sup> .
Vasco Lourenço II, j	1375	Juiz em logo de Afonso Martins <sup>518</sup> .
Vasco Lourenço Vogado, j	1408-50	No Livro da Repartição da Fruta obriga-se a dar 2,5 cobros de fruta ao concelho por 200 reais brancos que havia recebido <sup>519</sup> e mais 3 quintais de figos por 120 reais brancos que lhe foram pagos <sup>520</sup> . Juiz dos órfãos <sup>521</sup> .
Vasco Monteiro, t	ant. 1410	É referido como tendo feito um instrumento de arrendamento <sup>522</sup> .
Vasco Ribeiro, e	1486	Escrivão dos feitos judeus e mouros de Loulé <sup>523</sup> .
Vicente Eanes, t	1375	Tabelião referido no livro de Receitas e Despesas como tendo escrito documentos para o concelho <sup>524</sup> .

**Legenda:** a = alcaide; aé = almotacé; ax = almoxarife; c = contador; ch = chanceler; e = escrivão; i = inquiridor; j = Juiz; o = ouvidor; p = procurador; pv = provedor; q = quadrilheiro; r = recebedor; t = tabelião; tx = taxador; v = vereador.

509. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1403-1404*, fl. 4.

510. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 169-172.

511. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1412-1414*, fl. 1, 3.

512. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 118v.

513. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 8.

514. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 241-245.

515. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, pp. 247-257.

516. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 92, 157, 164.

517. SERRA, Manuel Pedro (Coord.) – *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV...*, p. 136.

518. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 25.

519. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450” ..., p. 95.

520. DUARTE, Luís Miguel – “O ‘Livro da Repartição da Fruta’ de Loulé de 1450” ..., p. 98.

521. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 11.

522. MACHADO, Maria de Fátima – *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI...*, p. 21.

523. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 19, fl. 9.

524. Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Receitas e Despesas de 1375-1376*, fl. 22, 22v.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

ANTT, *Chancelaria Régia D. Duarte*.

ANTT, *Chancelaria Régia D. Afonso V.*

ANTT, *Chancelaria Régia D. João II.*

ANTT, *Chancelaria Régia D. Manuel I.*

Arquivo Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé, *Livros de Receitas e Despesas*, (antigos livros 1 a 9).

*Monumenta Henricina*, vol. IV (1431-1434). Comissão Executiva das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1962, p. 301. *Online* em [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_Nm57OK2359kC/page/n321/mode/2up](https://archive.org/details/bub_gb_Nm57OK2359kC/page/n321/mode/2up) [consultada a 09/04/2020].

*Ordenações Afonsinas*, livro I, via <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>. [Consultada em março 2020].

BOTÃO, Maria de Fátima - *A Construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O Caso de Loulé*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pp. 320-346.

COELHO, Maria Helena da Cruz - "Considerações em torno das chancelarias municipais". In *Olhares sobre a História – Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.

COELHO, Maria Helena da Cruz - "Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócioeconómico". In *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 37. Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Lisboa. 1994, pp. 93-137.

COSTA, Marisa - "«E vos escriuam assy o escreuede em vosso liuro»: os escrivães na chancelaria de D. Pedro I». In *Pedro e Inês - o futuro do passado. Congresso internacional*, 1.º vol., Coimbra: Associação dos Amigos D. Pedro e D. Inês, 2013, pp. 136-156.

CUNHA, Cristina - "Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média", in *Revista de História*, vol. 7, Porto, pp. 151-157.

CUNHA, Cristina - "Os tabeliães de Bragança no século XIV. Da Legislação à Praxis", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto. 2006, pp. 313-324.

CUNHA, Cristina - *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga: 1071-1244*. Galiza: Taxosoutos. 2005.

DUARTE, Luís Miguel - "Portugal visto de Loulé (1492-1497)". In SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 2004.

DUARTE, Luís Miguel - "O 'Livro da Repartição da Fruta' de Loulé de 1450". In *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, nº 20. Loulé: Câmara municipal de Loulé, 2018.

FERREIRA, M<sup>a</sup> Valentina Garcia - "A fruta em Loulé na europa medieval - análise de manuscritos do século XV". In *Revista do Arquivo Municipal de Loulé*. Loulé: Câmara municipal de Loulé, nº 9, 2003, p. 215-239.

FERREIRA, Sérgio Carlos - *Preços E Salários Em Portugal Na Baixa Idade Média*. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

FRESCO, João - *O Tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2006.

GARCIA, Leonor - *O tabelionato escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomático*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado, 2001.

GOMES, Saúl - "O notariado medieval português. Algumas notas de investigação". In *Sep. Hvmantas*, Vol. LII. Coimbra, 2000, pp. 241-286.

GOMES, Saúl - "Percepções em torno da história do tabelionato medieval português". In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5. Coimbra, 2006, pp. 81-100.

GONÇALVES, Duarte - "O Tabelionato E O Seu Regimento De 1305. Notariado e Coroa no Portugal Medieval". In *Revista Signum*, vol. 12, n. 2. 2011, p. 139-162.

HOMEM, A. L. Carvalho - "Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279-ca. 1521)". In *Medievalista* [Em linha]. Nº6, (julho 2009).

MACHADO, Maria de Fátima - *Fundo dos Órfãos de Loulé. Séculos XV e XVI*. Caderno do Arquivo. Loulé - C.M. Loulé - Arquivo municipal, 2016.

MACHADO, Maria de Fátima - *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500 - 1580)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 2, 1387-1402*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. II, tomo 3 1391-1407*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. III, tomo 3, 1410-1418*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) - *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. IV, tomo 1, 1410-1425*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

MARTINS, Miguel Gomes - "O Concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal (1179-1383)". In *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. Série I, 7 (2004), pp. 65-110.

MENDES, Rui Mesquita - "Os Tabeliães e o Notariado em Almada: A sua história e os seus arquivos". Almada: *Anais de Almada: Revista Cultural*, n.º 13-14, 2012, pp. 45-96.

MORUJÃO, Maria do Rosário - *A Sé De Coimbra: A Instituição E A Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.

RODRIGUES, Ana Maria - *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1995.

ROLDÃO, Filipa - *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora: CIDEHUS, 2017.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Lisboa, policopiado, 1988.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo - *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2008, 724 p.

SANTOS, Maria José Azevedo - "Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)". In *Arquivo Coimbrão*, vols. XXXIII-XXXIV, Coimbra: Coimbra editora. 1990-1992, pp. 125-149.

SANTOS, Maria José Azevedo - "Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)". In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 14 (2014), pp. 119-132.

SARAIVA, Anísio - "A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349". Leiria: Magno Edições, 2003, 1004 páginas e "Tabeliães e notários de Lamego na primeira metade do séc. XIV". In *Humanitas*. Vol. L, Coimbra: Coimbra University Press. 1998, pp. 587-624.

SEABRA, Ricardo - *Publicus tabellio in civitatis portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto, 2012.

SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV- XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 1999.

SERRA, Manuel Pedro (Coord.) - *Actas de vereação de Loulé. Século XV*. Revista do Arquivo Municipal. Loulé: Câmara Municipal, 2004.

SILVA, Maria João Oliveira - *A Escrita na Catedral. Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, 398 p.

VIGIL MONTES, Nestor - "La institución notarial y sus documentos en el Reino de Portugal en la Edad Media". In *Historia Instituciones Documentos*, (44), 2017, pp. 351-379.

VILAR, Hermínia - "Do Arquivo ao Registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II". In *Penélope*, 30/31. 2007, pp. 19-50.